

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PAULO HENRIQUE FRANÇOSI SANTHIAS

**FUNÇÕES SOCIAIS DO TELEJORNALISMO POLÍTICO:
UMA ANÁLISE DAS PAUTAS DE POLÍTICA DO
RIC NOTÍCIAS SC E JORNAL DA ASSEMBLEIA SC**

São Borja

2017

PAULO HENRIQUE FRANÇOSI SANTHIAS

**FUNÇÕES SOCIAIS DO TELEJORNALISMO POLÍTICO:
UMA ANÁLISE DAS PAUTAS DE POLÍTICA DO
RIC NOTÍCIAS SC E JORNAL DA ASSEMBLEIA SC**

Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, pela
Universidade do Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Sara Alves Feitosa

São Borja

2017

PAULO HENRIQUE FRANÇOSI SANTHIAS

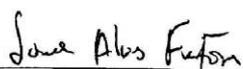
**FUNÇÕES SOCIAIS DO TELEJORNALISMO POLÍTICO:
UMA ANÁLISE DAS PAUTAS DE POLÍTICA DO
RIC NOTÍCIAS SC E JORNAL DA ASSEMBLEIA SC**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Jornalismo da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Sara Alves Feitosa

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:06/12/2017.

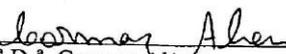
Banca examinadora:



Prof.^a. Dra. Sara Alves Feitosa
Orientador
UNIPAMPA



Prof.^a. Dra. Mara Regina Rodrigues Ribeiro
UNIPAMPA



Prof.^a Dr.^a Carmen Abreu
UNIPAMPA

Dedico esta monografia a todos os cidadãos brasileiros, que têm por direito a educação política de qualidade, para que assim possam compreender e lutar por suas causas e direitos fundamentais de maneira justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento em que eu mais temia, sim, mais do que o TCC, porque esse, mesmo que o cansaço nos domine vez ou outra, eu sabia que conseguiria concluir e, se esquecesse de algo, minha orientadora prontamente apontaria para que eu pudesse inserir, agora, um esquecimento nos agradecimentos pode ser uma marca profunda numa relação. Nesse sentido, peço compreensão para aqueles que ousem ler este trabalho e estes agradecimentos, pois desde já os pensamentos do pesquisador começam a se confundir, se entrelaçam com as emoções, escorrem pelo rosto e embaralham-se nas letras do teclado, assim, se por ventura eu esquecer desse que me lê, saiba, não é proposital, mas emocional. Todas as suas lembranças e carinhos continuam a manter e formar quem sou.

Pode parecer estranho, mas o começo deste caminho pela área da comunicação vem de uma falha, lá atrás: o vestibular. Agradeço, então, imensamente os concorrentes que ganharam no cansaço daquele jovem que pensava querer medicina, sem vocês, não teria coragem para assumir minha paixão verdadeira, a comunicação. Em meio a esse caminho, três professores foram fundamentais para que eu começasse a ter coragem de enfrentar os medos e seguir minhas vontades, o primeiro deles Güido Miguel Bellati, inspiração que não media esforços para ensinar português aos alunos e não mandar decorar, no mesmo sentido sua filha Gabriela Bellati, a Gabi, e por último, apenas por uma ordem cronológica, a professora Bernadete Piazza, que fez com que eu me apaixonasse perdidamente pela escrita.

Ainda lá trás, a faísca, mulher que me libertou e me fez crescer imensamente como pessoa, como estudante, como profissional, ajudou a firmar minhas vontades e minha segurança e me permitiu correr atrás do que era sonho, para que agora seja realidade, minha psicóloga e psicanalista Maria do Rosário Stotz, muito obrigado.

Concomitantemente a todos esses agradeço aos “Bros”, Pedro Nogueira Clementoni, Gustavo Lopes da Silva, Giovanni Vargas Goulart e Rodrigo Picone por todo o santo dia me nocautearem no cursinho dizendo que eu havia nascido para escrever e persistir na medicina era um erro, um desejo que não era meu. Obrigado, “Bros”, por me ajudarem a encaminhar esse sonho.

Fazendo um lapso temporal, afinal é importantíssimo, preciso agradecer aqueles que me permitiram conhecer todos esses que citei até agora. Que me apoiaram em todas as escolhas, pagaram o cursinho, me acolheram a cada falha, cada péssimo natal e ano novo que passei com o gosto de uma reprovação até o dia em que entendi e segui as vontades de meu subconsciente.

Que desde que nasci servem como inspiração e modelos, seja no estímulo ao estudo, seja como pessoal ou profissional, meus pais.

Com uma história de vida que serviria para os quadrinhos da Marvel, meu herói e pai, Paulo Roberto Santhias, sempre foi e será meu espelho de jornalismo. Aquele em quem me baseio como referência profissional, além de pessoal e pai. Muito obrigado pai, por me fazer seguir pelos caminhos da leitura, do conhecimento, do correto e da perseverança.

Na mesma realidade, minha mãe, Tânia Maria Françosi Santhias, a melhor professora que já conheci. Não ensinava apenas conteúdo, mas lições de vida. Ensinou a resiliência, persistência, luta pelos sonhos e muita, mas muita força de vontade para chegar aonde queremos. Sem você, mãe, acho que não teria saído tão corajoso.

Obrigado, muito obrigado pai e mãe, por lutarem todos os dias para permitir que eu pudesse dar sentido a minha vida encontrando meus sonhos, mesmo que fosse distante de vocês. Cada dia aqui, cada noite, cada aniversário, dia dos pais e das mães foi de rasgar meu coração, mas vocês me ensinaram a lutar, levantar e não desistir nunca dos meus sonhos, afinal são eles que nos mantêm de pé. Muito obrigado por todo conhecimento que pude conquistar ao longo deste curso e desta monografia, ela também é fruto da luta de vocês.

Nessa mesma viagem pelo tempo, agradeço a toda a família pelo suporte que sempre me deram, meus primos, primas, tios e tias e principalmente aos meus avós Iva Hoffmann Françosi, Idalino Antônio Françosi e Lygia Santhias, amo-os incondicionalmente.

De volta do nosso lapso chegamos a meus primórdios na Unipampa, impossível não lembrar daquela que me cativou desde o primeiro semestre, com uma cara de brava, mas coração de criança, meu amor, minha companheira nesses últimos 3 anos e meio, Letícia Beilfuss. Obrigado por trilhar e dividir os fardos dessa árdua missão comigo, aliás, dividimos mesmo, né? Meu primeiro trabalho na Unipampa foi contigo para os jogos universitários. A primeira bancada de jornal? Contigo. O primeiro *freela*? Contigo. O primeiro relacionamento duradouro? Contigo. Obrigado, por todo o apoio e construção do conhecimento que foi possível fazer ao teu lado.

Desde o primeiro semestre ganhei alguns amigos fiéis também, o primeiro todo mundo sabe, né? É óbvio, o Vitor Kellner. Do começo ao fim, em todos os semestres não houve um trabalho em grupo que não estivemos juntos, uma furada sequer também, né? Ainda bem que hoje geram risadas. Meu grande amigo e irmão, não tenho como agradecer por todas as histórias vividas. Dói a cada dia que penso no fim dessa faculdade, a dificuldade que será para nos reencontrarmos, os olhos tornam a ficar embaçados. Muito, muito obrigado mesmo, a faculdade pode acabar, mas essa amizade, ah não acaba tão cedo.

Ainda dos presentes que ganhei da Unipampa agradeço a Tanise Arruda (o nome do meio é muito difícil, não vou escrever pra não errar), Karine Bianchin, Rosana Ruviaro e Godoy, aliás qual o primeiro nome mesmo? A sim, Ricardo. Obrigado a todos vocês pelo carinho, confiança, crescimento, amizade construída. No meio desses presentes meus veteranos Vinicius Kuball, Andrezza Lisboa e Bianca Garcia que tanto me acolheram e ensinaram. Seguem pra sempre em meu coração.

Neste mesmo bonde tenho mais um amigo que preciso agradecer em especial. Sem ele não haveria apartamento montado em São Borja, muitos dos móveis não teriam chego ao fim da escada, muitas pautas teriam caído sem as fontes e como eu chegaria ao fim do TCC sem minha caneca do Ushuaia? Obrigado, meu irmão Antônio Cairon, por permitir que tudo fosse possível. Não importa aonde eu esteja, sabes que sempre terás um amigo por lá.

Um pouco mais a diante na vivência da universidade, mais precisamente no quarto semestre, conheci aquela por quem me apaixonei intelectualmente e escolhi como espelho para ser seguida tanto na pesquisa quanto nas práticas acadêmicas, não é à toa que a escolhi como minha orientadora, a professora Sara Alves Feitosa. Sem ela, este trabalho jamais seria elaborado e as pedras no caminho talvez não fossem chutadas para que seu orientando pudesse seguir em frente. Muito obrigado, professora, por ser este exemplo de profissional sempre comprometida em sala, na agência, na pesquisa, nos afazeres da universidade e claro, como pessoa.

Agradeço também a professora Mara Ribeiro, pontapé inicial para que eu seguisse o caminho do jornalismo político, exemplo de ética dentro e fora da sala de aula. Muito obrigado por todos os ensinamentos e por mais uma vez ser minha guia pelo caminho das construção do conhecimento ao aceitar o convite para a banca desta monografia.

Do mesmo modo agradeço a professora Carmem Abreu, que aceitou sem pestanejar o convite de um estranho. Penso que inúmeras possibilidades de bancas a seriam ofertadas por pessoas já conhecidas, poderia ter preferido os alunos com quem já têm contato, mesmo assim não negou a colaboração com seu saber a esse que lhe pediu a mão. Muito obrigado.

Claro, além dessas preciso e devo agradecer a todos os demais professores por quem passei. É graças a vocês que hoje tenho a capacidade para concluir este trabalho, é graças a vocês que toda uma sociedade pode existir. Desculpem o clichê, mas é o mais verdadeiro que conheço: “sem a figura do professor nenhuma outra poderia existir”. Muito obrigado por resistirem por este caminho, mesmo em tempos de contínua desvalorização. Todos vocês são os meus principais guias e almejo um dia poder chegar a este posto. Obrigado por todos os ensinamentos passados, inclusive o de estudar.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Netflix Brasil. Sim, a Netflix. Escrever uma monografia é um processo longo, cansativo e desgastante. Fazer isso em uma cidade que não oferece quase nenhum tipo de entretenimento a seus moradores é uma missão que nem todos conseguem concluir. Em minhas horas de cansaço é nela que meu cérebro se recarregava, é ela que permitia que eu saísse do mundo acadêmico e viajasse entre narrativas de super-heróis e vilões, gargalhadas e dramas, e ao voltar, escrever com cem por cento de vontade e animação. Muito obrigado pelos descansos mentais, sem você não sei se seria possível chegar ao fim deste trabalho, talvez não lúcido.

**“Se deseja a verdade, então não tenha
opiniões”**

Daniel Rand

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender quais caminhos podem ser adotados para que se haja um maior aprofundamento de pauta no telejornalismo político. Para isso, escolhemos como objeto de análise os telejornais RIC Notícias SC e Jornal da Assembleia. Como autores que norteiam nossa pesquisa estão presentes Nelson Traquina, Miquel Alsina e Roberto Seabra para esclarecer os pontos referentes ao jornalismo e Norberto Bobbio para a política em si. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza as técnicas de observação, pesquisa documental e análise de conteúdo. Justificamos a necessidade da pesquisa por meio de amparo legal e deontológico sobre o acesso à informação e ensino de políticas públicas por meio do telejornalismo político, em detrimento a seu feito quase que exclusivo como meio para denúncia. Por esse motivo escolhemos compreender as abordagens pela análise de dois vieses: o da empresa de concessão pública de gestão privada (RIC RECORD Florianópolis) e o da pública educativa (TVAL – SC), para que pudéssemos entender os motivos de tal esvaziamento das pautas e apontar algumas das possíveis saídas. Como resultado apontamos a necessidade de mudança no enfoque no desenvolvimento das pautas da editoria de política para melhor uso do escasso tempo, típico do jornalismo televisivo.

Palavras-chave: telejornalismo; política; jornalismo político; papel social; aprofundamento de pauta.

ABSTRACT

This research aims to understand which ways could be adopted to have deeper materials in the political journalism. For that, we have chosen as the object of analysis the news RIC Notícias SC and Jornal da Assembleia. As authors that guide our research are present Nelson Traquina, Miquel Alsina and Roberto Seabra to clarify the journalism subjects and Norberto Bobbio for the politics itself. Our research methodologies are qualitative analysis and documentary research. We justify this research through legal and deontological codes that guarantee the access to information and teaching of public policies through political journalism, in detriment of its almost exclusively use as a way to denunciation. For this reason we have chosen to understand the approaches by two paths: the public enterprise of private management (RIC RECORD Florianópolis) and the educational public (TVAL – SC), so that we could understand the reasons for such emptying of the productions and point out some of the possible solutions. As a result, we point out the need of change of focus on the development of materials from the politics section to a better use of the scarce time, typical of television journalism.

Keywords: telejournalism; politics; political journalism; social role; deepening materials.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 JORNALISMO POLÍTICO E SUA FUNÇÃO SOCIAL	19
2.1 O que é política?	19
2.1.1 Origem	19
2.1.2 Características do poder político	20
2.1.3 Política Cotidiana	21
2.1.4 Política amigo-inimigo	22
2.1.5 Política Contemporânea	23
2.1.6 Política como relação	23
2.1.7 Representação política	25
2.1.8 Política Institucional	27
2.1.9 Politicagem	28
2.2 Jornalismo: conceitos e funções sociais	28
2.2.1 Notícia, por quê?	28
2.2.2 Função social do jornalismo	35
2.3 Abordagens do telejornalismo político	37
2.3.1 Jornalismo Político e acontecimento	37
2.3.2 Jornalismo Denúncia ou denunciismo?	39
3 O NÃO APROFUNDAMENTO, POSSÍVEIS CAUSAS	44
3.1 Toda TV é pública	44
3.2 Você percebe o esvaziamento?	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

A informação vive a era da instantaneidade, como consequência, em boa parte dos meios televisivos, isso acaba atrelado a pautas vazias, superficiais, sobretudo na editoria de política. Segundo Gilles Lipovestky (2016), na obra “Da Leveza: para uma civilização do ligeiro”, vivemos a era na qual tudo é leve, nisto se inclui a informação.

Já Henry Jenkins (2011; 2014) explora em suas obras, *Cultura da Convergência* e *Cultura da Conexão*, que a informação bruta, seca, não interessa mais. Há um esvaziamento do pensamento crítico, que deveria ser um horizonte do jornalismo, ou um devir, ao menos. Têm-se pautas vazias, produções com temas importantes desinfladas por discussões rasas.

Objetiva-se com esta pesquisa entender o processo de construção das pautas na editoria de política e assim problematizar o porquê deste esvaziamento em tal editoria. O jornalismo político tem papel fundamental para a sociedade, mesmo aqueles que pensam ignorar a política, a vivem todos os dias por meio das decisões que afetam seu entorno.

A partir deste ponto torna-se fundamental uma editoria que, ao tratar do tema, aprofunde os assuntos e ao mesmo tempo os deixe claros, cumprindo com o papel fundamental de interesse público do jornalismo, ainda mais ao se tratar de telejornalismo, um dos meios mais utilizados para manter-se informado.

A motivação para o estudo deste assunto, dá-se por acreditar no papel fundamental do jornalismo de servir à sociedade, como um guardião, um agente fiscalizador da verdade e “guardião da democracia”, como já nos propunha Traquina (2008). Portanto, já que nos é incumbida esta missão, porque não realizá-la com a devida presteza e rigidez que a editoria nos exige? É preciso levar em consideração tal papel, ainda mais ao lembrar que devemos sempre primar por pautas de interesse público, na editoria de política isso pode soar inclusive como um pleonasma.

É imprescindível também preocupar-se com a transfiguração de pautas de interesse público em interesse do público, uma vez que enfrentamos o desgaste da editoria, bem como seu desinteresse. Caso não as tornemos atrativas e de fácil compreensão corremos o risco crônico de perder o interesse para as outras telas. Melhor, para outros temas, uma vez que aquela pode ser um ganho, pois pode-se aproveitar essa mudança de plataforma para driblar o fator tempo no telejornalismo, e assim, conseqüentemente, realizar o aprofundamento ao invés de limitar as matérias a denúncias.

De certo modo, ante a crise política vivenciada pelo Brasil nos últimos anos é, compreensível que as reportagens tendam a assumir um tom de denúncia. O interesse público

reafirma a necessidade de saber quem trai seu voto, sua confiança, e a leva a crise. Contudo, o jornalista precisa ter consciência de seu papel, lembrar que também tem a responsabilidade de “guardião da democracia”, conforme Traquina (2005) e, como afirmado pela lei de acesso à informação¹, deve assegurar a divulgação de informações de interesse público, mesmo quando não solicitado.

Essas obrigações recaem, também, às emissoras de televisão, públicas e educativas, que devem oferecer de maneira análoga e complementar, a informação e o caminho para a construção do conhecimento ao seu telespectador. É nesse sentido que questionamos as construções de pautas nas editorias de política que resultam no seu não aprofundamento.

Temos como hipótese básica a consolidação deste tipo de produção ao longo do tempo, consequência e herança da ditadura em que a mídia ganhou a fidelidade do público pelas denúncias, como forma de elaboração de seus produtos, que parece não permitir a exploração e o aprofundamento do conceito de política no desenvolvimento das pautas. Ou seja, levam o jornalismo a trabalhar quase que exclusivamente o acontecimento, no caso, as denúncias, como única forma de jornalismo político.

Como hipóteses secundárias propomos: a denúncia como única forma de produção do jornalismo político pelos jornalistas de televisão aberta; a subconsciência automática do repórter e produtor para a construção de pautas de denúncia política, devido a convivência contínua e precoce apenas deste tipo de produção na editoria, e; o pouco espaço para inserir e mostrar o amplo conceito de política na editoria devido a interesses comerciais das emissoras privadas, ou favores políticos nas emissoras públicas.

Como objetivo geral à hipótese, procuramos compreender quais caminhos poderiam ser tomados para haver um maior aprofundamento na editoria de política dos telejornais RIC Notícias SC e Jornal da Assembleia. Como objetivos específicos temos: descrever de forma sistemática, objetiva e quantitativa as pautas desenvolvidas na editoria de política dos telejornais RIC Notícias SC e Jornal da Assembleia ao longo de um mês de acompanhamento; problematizar o não aprofundamento das pautas na editoria de política, por fim; refletir sobre quais métodos e saídas poderiam ser tomados para aprofundar as pautas políticas.

¹ Lei nº 12.527, de 18 de novembro 2011. Esta foi instituída com o objetivo de garantir o livre acesso à informação, já previstos nos incisos [XXXIII do art. 5º](#), [II do § 3º do art. 37](#) e no [§ 2º do art. 216](#) da Constituição Federal. É uma forma de complementar as informações cedidas pelo portal da transparência, nascido em novembro de 2004, ao permitir o acesso a quase todo o tipo de informação, com exceção as classificadas como sigilosas — consideradas “imprescindíveis à segurança da sociedade (à vida, segurança ou saúde da população) ou do Estado (soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência)”, conforme a cartilha [Acesso à Informação Pública: Uma introdução a lei 12.257, de 18 de novembro de 2011](#)—, e não somente a planilhas de finanças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 28 de junho de 2017, 21:01:40.

Como justificativa para este trabalho acreditamos que a política tem papel fundamental na sociedade, desde os gastos, ou melhor, aplicações e investimentos em saúde, educação, saneamento básico, às relações do estado com seus cidadãos e daquele com outros estados ou instituições em favor a quem serve, todos nós. Assim como a política, há outro agente fundamental nesta hierarquia social, o jornalismo político.

Este atua como ente fiscalizador do estado, pessoa representante por meio de cargo político, ou serviço prestado à sociedade. Do mesmo modo que todos os que trabalham com as relações políticas, o jornalismo político também serve à sociedade, contudo com um papel fiscalizatório, explicativo, reflexivo, e por vezes, denunciador, que costuma, no entanto, prevalecer sobre os outros.

Todavia, é preciso tomar cuidado para não cair no “denuncismo” ou na denúncia como um fim, tal erro leva ao desgaste do jornalismo político e como aconteceu no ano de 2016, na operação Lava Jato², uma crise de confiança política, que pode respingar no jornalismo. Antes de se fazer uma denúncia é preciso relevar se aquele é o momento certo, ou se podemos aguardar e revelar um esquema inteiro ao invés de um único político, observa-se como exemplo histórico o caso *Watergate*³.

Ante este papel, há um problema ao observar-se a forma atual como o jornalismo político é elaborado, o esvaziamento das pautas, suas abordagens rasas, superficiais e que evitam entrar no campo da discussão, ou como diria Traquina (2005), da problemática em si.

O que, de modo geral é preocupante, uma vez que a relevância de tal tema é fundamental a todos que existem, coexistem e convivem em sociedade, pois, quem não entende de política, deixa-se ser dominado. Contudo, para entender de política, o jornalismo precisa cumprir com seu papel fundamental, informativo, profundo e claro.

Neste sentido esta pesquisa propõe-se a refletir sobre, entender os porquês deste esvaziamento e quais caminhos poderiam ser tomados para evitá-lo. Ou seja, aprofundar-se no tema e tratar da problemática, a partir da análise das editorias de política de dois telejornais, um

² Investigação de corrupção e lavagem de dinheiro iniciada em 17 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2017, 16:53

³ Caso que culminou com a renúncia do presidente americano Richard Nixon em 1974. O nome é dado devido ao pontapé inicial que levou os jornalistas do jornal *The Washington Post*, Bob Woodward e Carl Bernstein, a investigar o caso, a invasão do conjunto de edifícios Watergate, onde se encontrava o escritório do Partido Democrata. O escritório foi invadido por cinco homens, um deles integrante do Partido Republicano, para grampear os telefones, obter informações sigilosas e chantagear o concorrente de Nixon, todos presos logo em seguida. A dupla de jornalistas começa a investigar o caso e consegue como informante um funcionário do FBI, que permanece no anonimato com o apelido de Garganta profunda. Após dois anos de investigação e publicações pelo jornal, 1972 a 1974, o presidente renuncia, dois assessores e quatro integrantes da equipe presidencial são condenados por espionagem.

de empresa pública⁴ com sistema de gestão privada e outra pública educativa, a escolher-se respectivamente: Rede RIC Record Florianópolis e TVAL Florianópolis.

Quanto as produções acadêmicas na área, observamos, através do Banco de Teses e Dissertações da Capes, bem como pelo buscador online google acadêmico — que incorpora a pesquisa em outros buscadores — a existência de diversos trabalhos com os temas: telejornalismo de TV pública; telejornalismo de TV privada; política e telejornalismo. Porém, nenhum material comparativo no ramo de telejornalismo político entre uma emissora de rede pública e privada foi encontrado, o que justifica e reforça a necessidade de tal estudo.

Para além da pesquisa e do papel do jornalismo, assegurado pela lei nº 12.527, de 18 de novembro 2011⁵, há o direito de acesso à informação. Obrigação tanto de emissoras públicas, como privadas que recebem recursos públicos. Aquela, entre outros fatores, assegura o direito à “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações”, bem como prima pela qualidade, autenticidade, integridade e primariedade da informação.

Por fim entra o gosto do autor pelo jornalismo político, que, antes mesmo do primeiro semestre, em um congresso sobre história da mídia conheceu uma de suas futuras professoras, justamente a que ofertaria a disciplina, e caiu em tentação. No primeiro semestre optou por cursar jornalismo político, no decorrer do curso, ao terceiro semestre, na cadeira de jornalismo especializado optou pela produção final da disciplina na área. Em paralelo acompanhava as notícias da editoria durante todo o andamento da faculdade, e em alguns momentos preocupava-se com o rumo tomado por tal. Ao final, opta por aquilo que o acompanha desde aquele primeiro congresso: jornalismo político e seus rumos.

1.1 Procedimentos Metodológicos

O método pode ser entendido como o modo que o pesquisador escolhe para realizar seu trabalho, através, é claro, de técnicas e procedimentos padronizados e reconhecidos de forma consensual pela comunidade científica. Segundo Rudio (1992):

O método é o caminho a ser percorrido, demarcado, do começo ao fim por fases ou etapas. E como a pesquisa tem por objetivo um problema a ser resolvido, o método serve de guia para o estudo sistemático do enunciado, compreensão e busca de solução do referido problema. Examinando mais atentamente, o método da pesquisa científica

⁴ Considera-se aqui a empresa como pública pois funciona a partir de uma concessão de frequência que pertence ao Estado. Este por sua vez permite que uma empresa de gestão privada o realize, uma vez que não consegue produzir conteúdo para todas as faixas de frequência existentes, uma espécie de terceirização. Contudo, em nenhum momento esta fica imune as legislações que regem seu funcionamento como máquina pública ou a frequência deixa pertencer ao Estado.

⁵ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm >. Acesso em: 18 de abril de 2017, 17:25.

não é outra coisa do que a elaboração, consciente e organizada, dos diversos procedimentos que nos orientam para realizar o ato reflexivo, isto é, a operação discursiva de nossa mente (RUDIO, 1992, p.15).

Optamos nesta monografia pela investigação empírica de caráter qualitativo, com utilização de técnicas de observação, pesquisa bibliográfica e documentação indireta através de pesquisa documental.

Marconi e Lakatos (2010) definem **pesquisa documental** como aquela em que: “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser escolhidas no momento em que o fenômeno ocorre, ou depois”.

Em nosso caso o documento refere-se a reportagem telejornalística, ou seja, um documento não escrito. E o fenômeno, a construção da pauta política. Sua análise será feita pela análise das reportagens disponibilizadas nos canais do YouTube das emissoras.

Ao se tratar de **pesquisa bibliográfica** falamos da busca de literatura existente sobre o tema a ser estudado. Desde publicações acadêmicas, como teses e dissertações, a livros, revistas, jornais ou qualquer outro material que estabeleça uma relação com o assunto pesquisado.

Para Trujillo, essa tem como objetivo “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (TRUJILLO, 1974, p.230 apud MARCONI e LAKATOS, 2010, p.71).

Contudo, é importante a ressalva das pesquisadoras Marconi e Lakatos (2010), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Deste modo, a pesquisa bibliográfica visa complementar, mas também auxiliar no processo de aprofundamento do assunto, bem como evitar a repetição de estudos já realizados.

Quanto a **observação** é utilizada pela análise das reportagem em si. Ao acompanharmos os telejornais locais e nos depararmos com pautas que apresentam problemas do cotidiano, como buracos nas ruas, falta de saneamento básico, transporte precário, esquecemos que todos esses, embora sejam primariamente problemas estruturais ou econômicos, pertencem a uma esfera maior, ao campo da política, afinal, todos pertencem a esfera pública. No caso do jornalismo, ao jornalismo político.

Deste modo, não deve o jornalismo restringir-se a tratar apenas do acontecimento, mas da problemática, afirma Traquina (2005). De maneira mais clara, não devemos tratar apenas de

mostrar o buraco, mas por que ele existe? A obra não foi feita como na licitação? Aonde está o dinheiro para reparar o problema? Quanto tempo levará para ser solucionado? Quais os mecanismos de exigência da população? Aonde podemos denunciar os prazos descumpridos? De que modo isso afeta a qualidade de vida da população no entorno? Estas são algumas das causas que chamamos esvaziamento, ou não aprofundamento, das pautas.

Logo, para identificar os pontos necessários a serem supridos utilizamos da técnica de observação. Conforme Santaella (2010):

A palavra observação não se restringe necessariamente à observação empírica, daquilo que estreitamente costumamos chamar de realidade, mas se estende para a observação documental, estendendo-se até mesmo a observação abstrativa, quando criamos diagramas mentais da rede de conceitos teóricos com os quais estamos lidando, observando suas configurações e modificando-as conforme as necessidades da condução de uma argumentação (SANTAELLA, 2010, p.187).

Ainda segundo a autora, justifica-se este tipo de coleta, mesmo em pesquisas não-quantitativas:

Pesquisas não-quantitativas exigem que sejam seguidos os mesmos passos das quantitativas, com diferença de que a natureza interna desses passos difere de um tipo de pesquisa para outra. Embora não exista um padrão paradigmático a que as pesquisas não-quantitativas se ajustem, elas também dependem da observação, da coleta de dados da análise dos dados coletados e de sua interpretação. Sem isso a pesquisa fica sem chão, flutuando no ar. Até mesmo a pesquisa teórica, fundamental, apresenta todos esses itens, quando se sabe adaptar seus significados às novas situações de pesquisa em que eles surgem (SANTAELLA, 2010, p.186-187).

Assim, procuraremos, por meio da técnica de análise do conteúdo, fazer uma descrição sistemática, objetiva e quantitativa das pautas trabalhadas na editoria de política do RIC Notícias SC e do Jornal da Assembleia da TVAL, ambos de Florianópolis.

A tabulação dos dados será feita por meio de tabela de quadrupla entrada: pautas denunciativas, denunciastas, tratamento como políticas públicas e nível de aprofundamento. Logo, poderemos identificar e quantificar o denunciamento e o aprofundamento, bem como se há diferenças no tratamento da pauta por parte da emissora pública e privada.

Deste modo, este trabalho está dividido em dois grandes capítulos: “Jornalismo Político e sua Função Social” e “O não aprofundamento, possíveis causas”, que dividem-se em tópicos e subtópicos menores. Além desses apresentamos esta introdução e as considerações finais.

No capítulo dois abordamos inicialmente as diversas conceituações de política, desde suas origens às características, aplicações e finalidades. Em seguida passamos aos fatores que levam as escolhas de pautas e suas construções. Transcorremos para as funções sociais do

jornalismo, abordagens do jornalismo político e por último a diferenciação entre denúncia e denunciamento.

No terceiro capítulo, apresentamos uma breve conceituação sobre TV pública e educativa, em sequência passamos as análises dos produtos, com as identificações de suas abordagens, seguidos de observações e articulações com os autores e teorias trabalhadas, por fim, as sugestões para que se construísse um aprofundamento de pauta com foco na problemática, e não apenas no acontecimento. No fechamento do capítulo fizemos uma compilação dos dados apresentados por meio de uma tabela comparativa, levando em consideração a presença ou ausência de denúncia, denunciamento, nível de aprofundamento e ensino de políticas públicas.

Ao final do TCC, apresentamos as considerações finais, com uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido, o alcance dos objetivos propostos e confirmação da hipótese construída, sua relevância para sociedade e para o crescimento pessoal e intelectual deste pesquisador e jornalista em formação.

Universo pesquisado

As emissoras escolhidas para a pesquisa são: RICTV e TVAL. A primeira pertence ao Grupo RIC, antigo Sistema Catarinense de Comunicações (SCC), que iniciou suas operações no estado em 1975, por meio de rádios na cidade de Joinville. As transmissões de televisão iniciaram apenas em 1982, em Chapecó, e eram operadoras do SBT até o seu rompimento com a emissora em 2007. Em 2008, em Florianópolis, a emissora passou a se chamar RICTV e tornou-se retransmissora da Record.

Já a segunda emissora, TVAL, é um pouco mais recente, começou suas operações em 25 de outubro de 1999, na cidade de Florianópolis. Essa foi a segunda emissora de televisão do Legislativo estadual no país.

2 JORNALISMO POLÍTICO E SUA FUNÇÃO SOCIAL

Neste capítulo trataremos de alguns conceitos de política a partir de Norberto Bobbio e outros autores, suas origens, características e modo como é exercida e vivenciada na contemporaneidade. Já no campo do jornalismo, passaremos pelos critérios de noticiabilidade, definições de notícia e reportagem e funções sociais desse ramo da comunicação.

2.1 O que é política?

Iniciamos pelo conceito daquilo que permeia este trabalho, política. Este, assim como qualquer outro conceito, não é imutável, nem único. Embora tenha raízes históricas que se mantém, sofreu modificações, reconceituações e complementações ao longo dos séculos.

Como a conceituação histórica de política é demasiadamente longa, iremos nos concentrar nos principais fundamentos que descrevem e influem em sua significação contemporânea.

2.1.1 Origem

De acordo com o dicionário de política de Norberto Bobbio (1998), a origem da palavra ‘política’ é derivada do adjetivo originado de *pólis*, do Grego *politikós*, “que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social (...)”. Em outras palavras, o que entendemos hoje por Estado.

Deste modo, segundo Bobbio (1998), a *polis* pode ser compreendida de duas maneiras: como sujeito e como objeto. O Estado assume o papel de sujeito quando responsabiliza-se por atos como:

o ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o legislar através de normas válidas *erga omnes*⁶, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros, etc; (BOBBIO, 1998, p.954)

Já quando objeto, ainda de acordo com Bobbio (1998), assume ações como: “a conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal, etc”.

⁶ Expressão em latim que significa: a todos.

É importante frisar que a *polis* não assume necessariamente um ou outro papel, porém, é sujeito e objeto em tempo integral. Há no Estado o papel de legislar e ao mesmo tempo garantir a segurança, inserir recursos nos direitos fundamentais⁷ e garantir a sua manutenção.

2.1.2 Características do poder político

Ao falarmos em manutenção do Estado entramos no campo das obrigações deste para com seus cidadãos. Porém, antes mesmo dessas obrigações há de se entender as três características básicas de um poder político, que regem essa manutenção e caracterizam um Estado, diferenciando-o de quaisquer outras formações de poder, são elas: a exclusividade, a universalidade e a inclusividade.

Nos interessa, neste momento, o conceito de universalidade. Para Bobbio (1998):

Por Universalidade se entende a capacidade que têm os detentores do poder político, e eles sós, de tomar decisões legítimas e verdadeiramente eficazes para toda a coletividade, no concernente a distribuição e destinação dos recursos (não apenas econômicos) (BOBBIO, 1998, p.957).

Em primeiro momento, claro, pensamos em vereadores, prefeitos, senadores, contudo mais uma vez é preciso desconstruir. Os verdadeiros detentores do poder político são os votantes. Estes, elegem os representantes de suas vontades, que, de uma maneira organizada estruturalmente representam o voto e interesse daqueles que os elegeram. Ou seja, o político em questão nada mais é do que um representante para votar, pois na sociedade contemporânea, no modo como se legisla, seria impossível todos votarmos em nossas vontades em cada projeto e gasto público existente nas administrações.

Em suma, nós, votantes, somos detentores do poder político, contudo, “terceirizamos” nossas “decisões legítimas e verdadeiramente eficazes para toda a coletividade” (BOBBIO, 1998, p. 957) para os ocupantes de cargos eletivos.

Como detentores do poder e “terceirizadores” deste, temos a obrigação de acompanhar, cobrar e garantir a correta distribuição e destinação de todos os tipos de recursos. Para isso, bem como sendo parte destes recursos, entra em questão o jornalismo político, em nosso caso, o telejornalismo político, como forma de acompanhar, fiscalizar, compreender, explicar essas

⁷ Segundo a Constituição Federal, Título II - dos Direitos e Garantias Fundamentais, capítulo II – dos direitos sociais, artigo 6º: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 12 de abril de 2017, 16:25.

decisões, bem como a forma de revertê-las caso não representem o interesse deste verdadeiro poder político.

Deve o jornalismo, lembrar também de olhar a si, uma vez que é ele tanto um dos recursos de poder, como a forma de fiscalização deste. Portanto, como falávamos nas obrigações, este é um campo de obrigação de e para consigo dentro do poder político. Mais especificamente, dentro do princípio de universalidade.

2.1.3 Política Cotidiana

Ao utilizar o termo política cotidiana, nos referimos as relações diárias, a movimentação rotineira, mesmo que simbólica, em busca de novas reivindicações emergentes.

De acordo com Wolfgang (2006):

A aquisição de significado político pode ser observada diariamente. Quando um movimento salarial de trabalhadores consegue transformar suas reivindicações em um direito institucional regulamentado legalmente, revela um significado político. [...] As mulheres que lutam contra a sua discriminação no trabalho, no voto ou em qualquer outra atividade social ou individual conferem significado político à sua atuação, pois lutam por direitos a serem institucionalizados pelo Estado. Da mesma forma acontece com o padre ou o leigo que se engaja na luta “pelos pobres”; com o movimento social que luta por saneamento; o estudante que reivindica verbas, o popular que combate aumentos de preço, o professor que quer eleger o reitor de sua universidade, etc. (MAAR, 2006, p. 65-66).

É interessante enfatizar que este tipo de política não necessariamente está relacionado ao Estado. É mais uma condição de conquistas e relações do que uma instituição estatal. Exemplo disso é a greve feita por funcionários da Rede Record RS, emissora privada de televisão, na qual, segundo o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul⁸, exigiam melhores condições de trabalho, redução das punições e exigências para a concessão da cesta básica, mudança de registro de cinegrafista para repórter cinematográfico, marcação com antecedência de uma escala de férias, fim do uso de materiais pessoais para trabalho, fim dos casos de assédio, não obrigatoriedade de fazer horas extras, entre outros. Houve, neste caso, uma movimentação política sem que houvesse a intervenção ou uma relação com o Estado.

Deste mesmo modo, acontecem diariamente manifestações que procuram resolver um impasse, ou conquistar uma nova demanda, sem que, necessariamente esteja relacionada a uma política partidária ou estatal. Conforme afirma Maar (2006), “um significado político exige da sociedade civil a sua função dirigente”.

⁸ Disponível em: <<http://www.jornalistas-rs.org.br/index.php/item/815-profissionais-da-record-paralisaram-e-reivindicam-melhores-condicoes-de-trabalho.html>>. Acesso em: 22 de junho de 2017, 20:54

Finalizamos, portanto, o conceito de política contemporânea por nós trabalhado. E concluímos, deste modo, que política não se restringe apenas a candidatos, partidos, eleições, ou governantes em exercício, entretanto, todos os acontecimentos que influem de forma direta e indireta no funcionamento da máquina sociedade.

2.1.4 Política amigo-inimigo

Trataremos neste subtópico do conceito de política desenvolvido por Carl Schmidt (1927) e Julien Freund (1965), porém de maneira breve. Pois, este conceito, apesar de importante para evidenciar o que também ocorre, de modo geral, nas reportagens contemporâneas, não é nosso foco de estudo, uma vez que tratam da política como um conflito. E aqui, procuramos tratar da política como modo de exigência dos direitos fundamentais. Suprimi-lo, contudo, seria ignorar uma das vertentes que levam ao esvaziamento do jornalismo político.

Para os autores, a política é semelhante à relação amigo-inimigo. Ou seja, nada mais é do que um antagonismo, a existência de conflitos por posicionamentos contrários. Na compreensão e aplicação do conceito de política dos autores para Bobbio (1998, p. 959) “a sua função consistiria na atividade de associar e defender os amigos e de desagregar e combater os inimigos”. Basicamente, o que acompanhamos na política partidária televisionada atual.

Há a associação e defesa entre partidos e políticos com ideias semelhantes e combate aos partidos e políticos de oposição. Utiliza-se, em sua maior parte, da política como no conceito de Schmidt e Freund, ao invés de apossar-se dela como um meio para um fim comum, o de melhoria e garantia dos direitos do cidadão.

Freund (1965, p. 448, apud BOBBIO, 1998, p. 959) reforça, “enquanto houver política ela dividirá a coletividade em amigos e inimigos”. Mais à frente, o autor afirma:

Todo o desencontro de interesses (*sic*) pode, em qualquer momento, transformar-se em rivalidade ou em conflito, e tal conflito, desde o momento que assumo o aspecto de uma prova de força entre os grupos que representam esses interesses, ou seja, desde o momento que se afirma como uma luta de poder, tornar-se-á político (FREUND, 1965, p. 448 apud BOBBIO, 1998, p.957).

Os autores retratam a política como uma dicotomia. Assim também a demonstram parte das reportagens de política, que levam o conceito apresentado a aplicação telejornalística, quando mostram apenas conflitos entre oposições, o que nos faz cair, na denúncia como um fim e no não aprofundamento, pois considera-se política apenas e tão somente este antagonismo de interesses.

Para Bobbio (1998) o que os autores definem como política resume-se em:

Existem conflitos entre os homens e entre os grupos sociais, e que entre esses conflitos há alguns diferentes de todos os outros pela sua particular intensidade; é a esses que eles dão o nome de conflitos políticos (BOBBIO, 1998, p. 959).

Deste modo, encerramos o conceito de política amigo-inimigo. Cujas retratação também leva aos esvaziamento, contudo, não há de se trabalhar problemática e aprofundamento, pois nela não há um fim comum, apenas um fim em si, o poder pelo poder.

2.1.5 Política Contemporânea

A política contemporânea, a partir de uma observação global, pode ser compreendida como assincrônica, ou seja, cada território está em um estado de evolução diferente. Há democracias, mas ditaduras; processos de transição, mas democracias não plenamente consolidadas — sem a participação de todas as camadas da sociedade.

Além da assincronia evolutiva, existem, simultaneamente, diferentes tipos de políticas de governabilidade de um Estado. Desde as mais variadas formas de ditadura, as de democracia. Ao falarmos na última adentramos em um universo de possibilidades: parlamentarismos, democracias representativa, participativas direta e indireta, bipartidária, pluripartidária, por voto direto proporcional, por voto direto eletivo, voto majoritário, enfim, uma variedade que pode-se ousar chamar infinita, ao passo que a cada dia surgem novas formas democráticas.

Contudo, o interessante de ser ressaltado nesta gama de possibilidades, é que independente da forma de governo adotada, essa sempre se encaixa em mais de uma classificação, bem como vive de modo concomitante mais de uma teoria política.

Para compreendermos um pouco da política contemporânea, em especial a Brasileira, é preciso primeiro, entende-la como uma relação.

2.1.6 Política como relação

Se fossemos procurar uma única palavra para a qual podemos associar a política, esta seria “relação”. Desde os conceitos clássico-históricos que apresentamos até o conceito presente, esta é a característica comum a todos. A política, mesmo quando em ações menores que a governança de um Estado, trata-se, antes de tudo, de uma relação, mais especificamente da relação governante-governado, na qual os governados representam a sociedade como um todo, já os governantes são a representação sufragista de sua voz.

A partir deste ponto, adentramos nos demais subterfúgios. Toda relação tem lados positivos e negativos, bem como é feita de outros elementos base: confiança, inteligibilidade, empatia, compromisso. Assim, da mesma forma, na política se espera o desenvolvimento de todos esses elementos do governante para com seus governados, do mesmo modo, se espera da sua relação com esses.

Dada a base desta relação chamada política, é inevitável observarmos que, assim como sua palavra associada, essa também constrói histórias e transforma realidades. Vejamos o que nos fala Wolfgang Leo Maar (2006):

E a política é sobretudo uma atividade transformadora do real, da história. Transformação que se apresenta, a um tempo, como resultado científico, previsível e calculável, e como fruto da imaginação criadora e ousada (MAAR, 2006, p. 46).

Ainda:

Existem, portanto, várias orientações possíveis para a política, conforme atenda a esta ou àquela expectativa. No entanto só uma delas se realiza na prática, como orientação dominante (MAAR, 2006, p. 46).

Ou seja, os caminhos para se escolher são inúmeros, contudo, apenas um se realiza. Assim é a política de governo, escolhe-se um caminho, e por ele trilha-se com os objetivos, podendo atender ou não as expectativas dos governados. Ressalta-se que esta expectativa nunca é alcançada para a totalidade dos governados, uma vez que dificilmente um governante é eleito com unanimidade. E, lembra-se ainda, que parte desses governados pode trocar de gostos e opiniões políticas ao longo do período de representação do governante, o que nos leva a um número ainda maior de expectativas frustradas em relação à política aplicada.

Wolfgang reforça o significado político deste relacionamento:

Não só os atos do governo, dos tribunais, do parlamento possuem significado político, mas este se estende à relação que estabelecem com a sociedade de governados. Das peculiaridades desta relação se nutrem os meios da atividade política, que ela põe em cena como vinculação com sua base, e que precisam ser levados em conta para se ocupar o governo (MAAR, 2006, p. 48-49).

Logo, todas as nuances desta relação são levadas em consideração pelos governados para permitir a continuidade ou não deste relacionamento, deste governo. Wolfgang (2006) nos destaca ainda a maneira como aquele se relaciona com a sociedade:

Pelas armas ou pelos votos. No primeiro caso é um agente da dominação, da coerção, da imposição; no segundo, um agente da persuasão, do consenso. A dominação pela força e a direção pelo convencimento são os meios da política. Eles são chamados, respectivamente, de “coerção” e de “hegemonia”. Quando a política reprime uma passeata, ou usa a censura, utiliza coerção. Um governo que faz propaganda de seus atos, para ganhar eleições, está procurando uma hegemonia, uma força de direção baseada no consenso, no convencimento (MAAR, 2006, p. 48-49).

É preciso, no entanto, ressaltar que nem sempre um governo utiliza-se de um ou outro, mas por vezes de ambos simultaneamente, ainda, de censura travestida de hegemonia e, fortuitamente — talvez não por inocência, mas politicagem —, de hegemonia travestida de censura.

Observadas essas duas formas de dominação e evidenciadas a que servem, o interesse de governar, caminhamos para o próximo conceito da democracia contemporânea por nós vivida, a representação.

2.1.7 Representação política

Democracia representativa, em poucas palavras, é aquela em que os que governam são escolhidos por aqueles que serão governados. O que se diferencia de uma para outra são os detalhes do modo como é feita e de quem participa de tal escolha.

Ao retrocedermos um pouco na história observamos que a evolução participativa da sociedade na escolha de seus representantes é um processo muito recente. Segundo a cientista política Leany Barreiro Lemos:

No século XIX apenas 1% da população votava, hoje 100% vota e, quando não vota é obrigado a justificar. A partir dessas datas, vê-se que a democracia, apesar de muito antiga, como ideia de massas, com um grande nível de participação, é algo bastante recente na história da humanidade (LEMOS,2014)⁹.

A representação político-democrática de massas, como podemos constatar, é um processo recente. E, somente após o sufrágio universal no Brasil, que permitiu a votação de todas as camadas sociais — do analfabeto ao doutor, e independente de gênero ou etnia — é que a representação política das massas pode, realmente, fazer parte da democracia.

Após consumado tal fato, passou-se a mudar o entendimento de representação política. Agora, aqueles que antes dominavam por pertencer a uma oligarquia, para continuar no poder, precisam representar as decisões, direitos e reivindicações da maioria.

⁹ Disponível em: <<http://saberes.senado.leg.br/course/view.php?id=1086>>. Acesso em: 21 junho de 2017, 20:15:55

De acordo com Wolfgang (2006):

Os agentes políticos constituem a sociedade por meio de sua organização e mobilização em torno de interesses sociais, que desta forma passam a se desenvolver com objetivos políticos, voltados que estão para as relações políticas de coerção e hegemonia, para transformar em direito as reivindicações. Mas estes agentes representam interesses da sociedade, e não respondem a demandas do Estado. Baseiam-se na sua estrutura social para serem agentes, e não no que lhes oferece a política institucional do Estado. São de certa forma independentes do Estado, a não ser enquanto precisam mostrar eficiência no desempenho das relações que o próprio Estado mantém com a sociedade (MAAR, 2006, p. 51).

Ressalta-se ainda:

Não é o deputado que passa uma parte de seu significado para o eleitor poder assumir uma atividade política; é o representado que, o dirigido, o governado que atribui ao representante, ao dirigente, a função de representá-lo, de dirigi-lo, de governá-lo. Não é o governo que dá significado ao congresso. É este que confere àquele o direito de tutelar os interesses sociais que representa. Os objetivos da política deixam o espaço confinado da disputa institucional, para adquirirem embasamento social. Não é o confronto com o Estado que está em primeiro plano, mas a capacidade de representação das demandas (MAAR, 2006, p. 52).

E essas demandas são todas a que a nós, sociedade, convém. Desde os serviços básicos como saúde, educação, transporte, moradia, às novas necessidades que surgem com nossa evolução, como o acesso à informação.

Apesar de tudo, podemos constatar que nem sempre o governo segue todas as concepções aqui apresentadas, entretanto, para que isso fique esclarecido, o cientista político francês Bernard Manin (1995) reúne quatro princípios sobre a democracia representativa que são essenciais ao seu funcionamento e entendimento. São eles: 1) todos os governantes são selecionados por meio do voto e esse voto é feito em intervalos regulares; 2) as decisões dos governantes mantêm sempre algum grau de autonomia em relação à vontade dos que são representados; 3) os que são representados, embora não possam influenciar de maneira direta a decisão dos governantes, podem sempre manifestar livremente a sua vontade, a sua opinião, e; 4) todas as decisões num sistema representativo, são em algum instante objeto de algum debate público.

Para finalizarmos o conceito de representatividade política nos resta ainda observar mais uma colocação do cientista. Manin (1955) dividiu a democracia representativa em três tipologias históricas, são elas: a democracia dos notáveis, a democracia dos partidos de massa e a democracia de auditório. A passagem de uma tipologia para a outra é chamada de metamorfose, totalizando duas. Hoje, nos encontramos na segunda metamorfose, que iniciou a

partir da segunda metade do século XX, a passagem da democracia dos partidos de massa para a democracia dos meios de comunicação de massa.

Antes o eleitor identificava-se com as ideias de um partido e seu voto era decidido de acordo com as ideologias de tal. O partido que mais se aproximava dos ideais de seu votante, levava o eleitor. Já nesta última metamorfose que nos encontramos, caminhamos da votação das ideologias partidárias para a votação nos candidatos, uma consequência do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e do espaço concedido por esses aos candidatos durante o período eleitoral. Com isso, há novamente uma aproximação dos candidatos aos eleitores, que optam cada vez mais por conhecer os seus concorrentes a governantes e, como consequência, desvinculam o seu voto da lealdade partidária para votar na personalidade que mais lhes convém.

Conforme o sociólogo Caetano Ernesto Pereira (2014):

Na última fase, nessa democracia de auditório, que o Bernard Manin distingue, as figuras mais importantes são os comunicadores, são as pessoas da mídia, são aquelas pessoas e os especialistas em opinião pública, os que fazem pesquisas, os que fazem marketing. E os candidatos, para poderem ter sucesso, nesse mundo da democracia de auditório, têm que estar muito bem relacionados com as pessoas da pesquisa e com as pessoas do marketing (PEREIRA, 2014)¹⁰

É nesta última tipologia que se encaixa, também, a importância do telejornalismo político aprofundado, não somente no período eleitoral, mas ao longo de todo o processo de representação. Desde o cumprimento com as promessas políticas, àquilo que não precisa ser prometido, mas obrigatoriamente cumprido, os direitos fundamentais. Desde estes direitos, as novas necessidades emergentes.

Para finalizar assinalamos que este sistema, no Brasil, além de representativo é pluripartidário e presidencialista. Fica, deste modo, compreensível o funcionamento do sistema representativo nacional.

2.1.8 Política Institucional

Como política institucional compreendemos o atendimento por parte do Estado às necessidades da sociedade, desde a organização desta de maneira funcional, aos serviços e obrigações que devem ser supridos para que a “máquina” Estado funcione por completo.

Wolfgang esclarece:

¹⁰ Disponível em: < <http://saberes.senado.leg.br/course/view.php?id=1086>>. Acesso em: 22 jun. 2017, 16:47:45.

A atividade política institucional do Estado é um conjunto de respostas a necessidades da vida social desenvolvidas pelos homens em sua história, como a organização da vida coletiva e o atendimento de objetivos comuns (MAAR, 2006, p. 48).

Ou seja, o que se compreende hoje, por administração Estatal.

2.1.9 Politicagem

Por politicagem compreende-se aquilo que muitas vezes é confundido com a política, e por isso a faz ser deixada de lado, segundo o dicionário Michaelis online¹¹, “política de baixo nível, voltada para interesses pessoais”.

Ou seja, tudo aquilo que leva ao descrédito e desgaste da política atual. A corrupção, peculato, egocentrismo, todos os defeitos que, normalmente, associam-se a política, na verdade, referem-se a politicagem.

De acordo com Heraldo Montarroyos (2012):

A politicagem é um desvio ético do poder, configurado a partir do interesse de um ou mais indivíduos politiquinhos, que se auto-organizam com a intenção de obter vantagens privativas do poder público, provocando por causa desse comportamento inúmeras externalidades negativas para a sociedade como um todo - através da injustiça, desordem, instabilidade, violência e descrédito, entre outras modalidades antidemocráticas e desumanas, que prejudicam a confiabilidade do cidadão nas instituições públicas responsáveis pela defesa dos interesses de sua própria comunidade (MONTARROYOS, 2012, p.48).

Deste modo, tudo aquilo que o senso comum nos levava a chamar também de política, chamamos agora, politicagem.

2.2 Jornalismo: conceitos e funções sociais

Neste tópico trabalharemos os motivos-base, chamados valores-notícia, que fazem um tema virar pauta nas grandes mídias. Tal exposição nos fará entender o porquê de certos assuntos serem escolhidos e outros não. Compreenderemos também o conceito de reportagem e qual a diferença dessa para a notícia. Por fim, passaremos por algumas das quais consideram-se e as principais funções sociais do jornalismo e como as interpretamos.

2.2.1 Notícia, por quê?

Iniciamos então nosso capítulo com a explanação a respeito dos valores-notícia. Para isso, um clássico que facilita essa compreensão:

¹¹ Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=QwxMy>>. Acesso em: 22 de junho de 2016, 21:43.

Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais vêem (*sic*) certas coisas e não outras, e vêem (*sic*) de uma certa maneira as coisas que vêem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado (BOURDIEU, 1977, p. 12)

Ou seja, os profissionais selecionam os acontecimentos que viram notícia, mas para isso utilizam-se de seus “óculos” que os fazem ver uma coisa e outra não. Esses óculos são os valores-notícia, são os critérios que os fazem enxergar algo como noticioso e outros nem tanto.

Pois bem, podemos notar que a palavra “óculos” não existe no singular. Ninguém porta, usa ou possui um “óculo”, apenas “óculos”, bem como sua estrutura física é sempre composta de duas partes, duas lentes. Do mesmo modo são os valores-notícia, sua estrutura completa é composta, segundo Nelson Traquina (2005), por duas partes: os valores-notícia de **seleção** e de **construção**.

Os primeiros, como o próprio nome fala, são os critérios que o jornalista utiliza para selecionar um acontecimento que será transformado em notícia. Já os segundos, são as “linhas guia”, como chama Traquina (2005), para a construção do texto de forma clara e compreensível para todos.

Interessam-nos aqui os valores-notícia de seleção. Pois, compreendemos os de construção como uma obrigação do profissional, presentes de forma direta ou indireta na função social do jornalista, definidos e inseridos de algum modo no código de ética da profissão, e exposto mais a diante dentro deste mesmo capítulo.

Retornemos, assim, aos valores de seleção. Esses, por sua vez, estão divididos em outros dois subgrupos, de acordo com Traquina (2005):

- a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia, e b)
- os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção de notícia (TRAQUINA, 2005, p.78)

Depois de expostas todas divisões e subdivisões, iniciamos nos valores-notícia de seleção em si, mais especificamente os de critérios substantivos. Dentre eles, o primeiro é algo que traz impacto, mexe com qualquer pessoa, justamente por se tratar do fator humano: **a morte**. Recorremos mais uma vez a explicações de um autor da área:

A morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa [jornalistas] e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal ou nos ecrãs da televisão (TRAQUINA, 2005, p. 79).

Independente de não gostarmos, a morte traz audiência, justamente por ser algo que atinge a todos os seres humanos, sem importar cor, religião ou classe social. Ao pensarmos em política ela pode afetar, ainda, outros fatores, como o fim de relações que estavam estabelecidas ou próximas de serem firmadas, a continuidade ou não de certos tipos de políticas sociais, investigações, programas econômicos. Como exemplos reais de mortes com impacto político – que têm maior influência ao longo desta monografia – podemos observar os casos de Eduardo Campos¹², ex-candidato a Presidente da República, e Teori Zavascki¹³ ex-ministro do Supremo Tribunal Federal. Por serem mortes, já são envoltas em um valor-notícia, por serem mortes de importantes figuras públicas e gerarem outras discussões, ou seja, outras notícias, encaixam-se também no nosso próximo valor-notícia: **notoriedade**.

Esse valor notícia tem a ver com a importância social dos indivíduos envolvidos no acontecimento. Ou seja, seu grau de influência e reconhecimento público por algum motivo, confirma Traquina (2005, p. 80): “dito de uma forma muito simples, o nome e a posição da pessoa são importantes como fator de noticiabilidade. O que o Presidente da República faz é importante porque o Presidente da República é importante”. Ou seja, quanto mais importante, mais notável, a pessoa envolvida no fato, maior seu valor-notícia.

No gancho, como chamam os jornalistas, isto é, de carona no fato usado nos parágrafos anteriores, encaixamos o valor **inesperado**. Como o próprio nome sugere, trata-se de uma notícia não prevista. “Aquilo que irrompe e que surpreende a expectativa da comunidade jornalística”, afirma Traquina (2005, p.84), como as quedas dos aviões do ex-candidato a Presidente e do ex-ministro do STF.

No mesmo exemplo, podemos relacionar o valor-notícia **relevância**. Esse diz respeito a acontecimentos que são relevantes porque impactam na vida das pessoas: “este valor notícia determina que a noticiabilidade tem a ver com a capacidade do acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação”. No exemplo dos falecidos ex-ministro do STF e candidato a presidente da república isso fica claro, qual seria o presente do país caso Eduardo Campos tivesse ganho a eleição de 2014? Como seria a situação econômica? Será que

¹² Ex-economista e político brasileiro, foi governador de Pernambuco por dois mandatos, de 2007 a 2014, ex-presidente do Partido Socialista Brasileiro e ex-candidato a presidente nas eleições de 2014. Faleceu em um acidente aéreo em 13 de agosto de 2014, antes das eleições em primeiro turno, em 5 de outubro. Eduardo ocupava a terceira colocação nas pesquisas de intenção de voto.

¹³ Ex-jurista, professor e magistrado brasileiro, foi ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). Neste último era ministro relator da operação Lava Jato. Faleceu em um acidente aéreo no dia 19 de janeiro de 2017, em um dos ápices de julgamentos da operação, a homologação da delação premiada de 77 executivos da Odebrecht, marcada para fevereiro e que, segundo juízes auxiliares do ministro, seria antecipada para o final de janeiro, para posteriormente iniciarem novas investigações com base nos depoimentos.

estaríamos vivendo a atual onda de extrema direita? Quanto a Teori, qual o destino do Presidente Michel Temer? E da operação Lava Jato? Será que as prisões continuariam a ser domiciliares?

Enfim, o impacto da notícia na vida das pessoas, de todo o cenário nacional, é relevante, porque incide diretamente sobre a vida de todos os participantes dessa sociedade. Falando em operação Lava Jato, podemos fazer um gancho para o nosso próximo valor-notícia: **novidade**.

Esse valor, mais do que os outros, é autoexplicativo. Refere-se aquilo que é novo na pauta, mesmo ela não sendo novidade. No jornalismo investigativo pode ser um depoimento, ou uma prova concreta que muda o rumo de uma investigação. Exemplo prático disso na política são as provas que emergem na operação citada, como liberação de áudios de deleção, provas que implicam este ou aquele político. Fatos novos, em uma pauta que já tem duração de mais de três anos.

Ainda no exemplo acima podemos encaixar o valor **escândalo**. Esse corresponde a revelação de casos, infração, infringência da lei, não, porém, como um pequeno furto, contudo, algo como o caso *Spotlight*¹⁴, ou em nossa realidade a Lava-Jato, ou ainda, as pedaladas fiscais que resultaram em um impeachment. Para Traquina (2005, p. 85): “este tipo de acontecimento corresponde à situação mítica do jornalista como ‘cão de guarda’ das instituições democráticas”, ou seja, é o valor-notícia ligado ao papel fiscalizatório do profissional.

Próximo a esse valor, mas de peso moral não tão grande, encontra-se o da **infração**, explicado por Traquina como:

(...) infração refere-se sobretudo a violação, a transgressão das regras. Assim podemos compreender a importância do crime como notícia. Uma parte importante das notícias sobre crime são rotineiras e breves, porque o grosso do crime é visto como uma rotina. O crime é percebido como um fenômeno permanente e recorrente, e assim grande parte dele é observado pelos media noticiosos de uma forma igualmente rotinizada (TRAQUINA, 2005, p. 85).

Enfrentamos nesse valor um problema exposto pelo próprio autor, o tratamento com maior ênfase no acontecimento, e não na problemática. De maneira mais clara: não se tratam nas abordagens do problema crime, suas nuances e razões que os fazem existir no geral, mas do fato consumado em si, um furto de objeto específico, um assalto a um caixa eletrônico.

Recordamos neste ponto, que os problemas criminais existentes também fazem parte da política, mais especificamente das políticas públicas e, não apenas as restritas a segurança,

¹⁴ Reportagem investigativa lançada em janeiro de 2002 pelo jornal *The Boston Globe* sobre o abusos sexuais praticados por membros da igreja católica. A investigação durou cerca de um, revelou 250 casos e continuou a receber ligações depois de sua publicação.

entretanto todas as demais que, quando falhas, levam a necessidade da existência de tais fatos. Claro, sem a generalização de que todos os crimes acontecem por tais lacunas deixadas pela falta de educação política, contudo, boa parte. E cabe também ao jornalismo resolver esse problema, de início, pelo tratamento da causa, da problemática em si e, como propomos neste trabalho, do aprofundamento nas pautas de telejornalismo político, para que assim, as lacunas básicas sejam corrigidas e a problemática possa migrar para outro valor-notícia.

Ainda no mesmo campo da infração, o rompimento com os fundamentos sociais ou com a lei, encontramos o valor-notícia **conflito** ou **controvérsia**. “Este corresponde a violência física ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos”, afirma Traquina (2005, p. 84). Como exemplo dessa disruptura na política, podemos lembrar o caso ocorrido entre Maria do Rosário e Jair Bolsonaro, em que o Deputado Federal afirma a também Deputada que ela “não merece ser estuprada porque é feia”. O que ilustra a quebra do normal, uma controvérsia que acabou em conflito verbal.

Novamente aproveitando o exemplo como um gancho, podemos analisar nosso próximo valor-notícia, o **tempo**. Este pode ser valor de três formas distintas: como atualidade; como gancho, no aniversário de um acontecimento do fato e; “devido ao seu impacto na comunidade jornalística, um assunto ganha noticiabilidade e permanece como assunto com valor-notícia durante um tempo mais dilatado”, esclarece Traquina (2005, p. 82). O caso de Bolsonaro e Maria do Rosário pode ser encaixado nas três formas, atualidade do tema em discussão, aniversário do crime ocorrido e situação do discurso machista no país e permanência na comunidade jornalística devido ao impacto e outras notícias geradas, como as três vezes em que o Deputado foi condenado a indenizar Maria do Rosário.

Em continuidade no tema podemos adentrar no valor **proximidade**. Como sugerido pelo nome, esse está ligado aquilo que é próximo, tanto em termos geográficos quanto culturais. Por estar próximo, nos dois casos, a realidade das pessoas, o ocorrido entre os Deputados pode ser encaixado, também, neste valor notícia.

Por último, mas também fundamental, temos o valor-notícia **notabilidade**. Este faz referência a algo por ser visível, tangível. De acordo com Lippmann (apud Traquina, 2005, p. 82):

Uma greve operária pode ser facilmente agarrada como notícia porque é tangível, enquanto as condições de trabalho dos trabalhadores, por exemplo, a monotonia do trabalho, a raiva do contra-mestre (*sic*), dificilmente serão notícia, porque são pouco tangíveis (LIPPMANN, apud Traquina, 2005, p. 82).

Ou seja, é aquilo que não é ordinário, que rompe com o padrão justamente por ser fora do comum, do rotineiro. É o insólito, no clichê jornalístico, é “o homem que morde o cão, e não o cão que morde o homem”. E neste rompimento com o padrão, encaixam-se todo o tipo de acontecimentos inesperados, do acidente nuclear à greve, do ladrão arrependido que retorna o objeto ao homem que mordeu o cachorro.

Deste modo, finalizamos o critérios **substantivos** que fazem os acontecimentos serem selecionados para virarem notícia, e passamos, então, aos critérios **contextuais**. Ou seja, aqueles que tratam do processo de produção e não do acontecimento em si.

Estes, referem-se basicamente a autorização, andamento e veiculação da pauta por parte da emissora, e são: **disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso**.

O primeiro critério, **disponibilidade**, trata sobre os recursos para a produção da matéria:

A questão que a empresa jornalística coloca é quais são os meios que a cobertura jornalística exige, bem como qual é o dispêndio requerido, colocando implicitamente a pergunta se o valor-notícia desse acontecimento justifica esse dispêndio, porque as empresas jornalísticas têm recursos limitados (TRAQUINA, 2005, p. 88)

Em suma, trata-se basicamente de fatores financeiros e retorno da notícia para a emissora do ponto de vista do lucro. Notícias com alta visibilidade, “furos” de reportagem, ou que “rendem pano pra manga”, são valorizadas e os recursos são investidos. Já o contrário, precisa ser repensado. Quando em outras cidades, ou países distantes, por exemplo, compra-se o material de agências como a Reuters, ou um trabalho de *freelancer* e cortam-se os custos de deslocamento.

Quanto ao valor **equilíbrio** a relação é para evitar o excesso de notícias de um mesmo tema. Normalmente de pouco interesse ou relevância para a empresa comunicadora. Evita-se trabalhar a notícia porque o assunto foi abordado recentemente.

Já o quesito **visualidade** está diretamente ligado ao tema deste TCC, o telejornalismo. Neste valor, o que é levado em consideração é a existência e qualidade das imagens para que se possa fechar ou não uma pauta de telejornal.

Passamos para o terceiro valor de critério contextual, **concorrência**. Podemos considerar este valor como autoexplicativo, refere-se literalmente a concorrência entre emissoras, principalmente as concorrentes diretas. Conforme Traquina (2005):

Os jornalistas e as empresas jornalísticas procuram uma situação em que têm o que a concorrência não tem – é uma situação em que têm “furo”, ou a exclusividade. Assim, possuir um “furo” da maior valor-notícia a esse assunto e, geralmente, as empresas

jornalísticas fazem saber aos seus leitores ou ouvintes que a notícia é um “furo” (TRAQUINA, 2005, p. 90).

O problema deste valor-notícia é que quando colocado acima de outros gera a cultura do jornalismo denúncia e, normalmente, não aprofundado. Como a maioria das emissoras de grande porte no país são redes privadas, o “furo” de reportagem acaba valendo mais do que o aprofundamento, pois dá um maior IBOPE, logo, uma maior visibilidade, audiência, e por consequência acaba por deixar o aprofundamento de lado.

Por fim, chegamos ao último valor deste critério, o **dia noticioso**. Esse, nada mais é do que o dia com referência apenas as pautas da redação. Há dias com pautas de mais, de menos e na medida. Bem como previsões de épocas em que será preciso tirar as pautas de gaveta, como por exemplo as férias parlamentares para o jornalismo político. Período que poderia ser aproveitado para fazer um maior aprofundamento das produções.

Visto o que leva os jornalistas a escolherem certos acontecimentos em detrimento de outros para serem transformados em conteúdo noticioso, passamos aos conceitos de notícia e reportagem, para mais adiante, no capítulo três, podermos compreender a prática do que são e como deveriam ser.

Em jornalismo existem alguns jargões que todos os profissionais conhecem, dentre eles, este: reportagem é uma notícia aprofundada. Assim, iniciamos pelo conceito de notícia, para posteriormente passarmos a reportagem. Conforme **Ciro Marcondes Filho**:

notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político (MARCONDES FILHO apud CRUZ NETO, 2008, p.18-19)

Evidentemente, existem diferentes conceitos de notícia, contudo, para o presente trabalho, esta é a que mais nos atende. Assim, a partir do pressuposto de que reportagem é uma notícia amplificada, observemos a definição segundo **Villas Boas**:

toda reportagem é notícia, mas nem toda notícia é reportagem. A notícia muda de caráter quando demanda uma reportagem. Desdobra-se, pormenoriza e dá amplo relato aos fatos principais e também aos fatos subjacentes da notícia. A reportagem é uma notícia avançada, na medida em que sua importância é projetada em múltiplas versões, ângulos e indagações (BOAS, apud NETO, 2008, p. 19)

Ou seja, a reportagem tem caráter de aprofundamento. Ela parte de um fato já noticiado, já explorado no quesito novidade, e serve para investigar em detalhes aquilo que, devido à necessidade do imediatismo, não pode o ser. Pormenoriza-se nos fatos e projeta-se em múltiplos ângulos ainda não explorados. Contudo, o quesito atualidade – aquilo que ainda é tema em discussão, mas não necessariamente novo – normalmente é presente.

Logo, ao se falar de reportagem em telejornalismo, há de se ressaltar o caráter de aprofundamento, uma vez que o fator novidade será sempre, com raras exceções, perdido para a web.

2.2.2 Função social do jornalismo

Para falarmos de função social, nosso primeiro recurso é aquele que nos serve de apoio, que orienta a profissão e os caminhos a serem seguidos: o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007). Contudo, antes de o analisarmos lembramos que esse código é deontológico, ou seja, ao referir-se ao jornalista, em verdade, refere-se ao jornalismo, como uma entidade que presta serviços à sociedade, e não necessariamente ao indivíduo. É um código que rege a profissão e os moldes que devemos seguir como categoria profissional, embora nem sempre as condições preestabelecidas são passíveis de serem seguidas, uma vez que o indivíduo está submetido a outras regras: as do local de trabalho.

Dito isso, observemos algumas de suas principais colocações que podem ser entendidas como função social da categoria:

Cap. I, Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que: I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas; II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público; (FENAJ, 2007, p. 1).

Como expresso no inciso I, a divulgação da informação precisa e correta é um dever a ser cumprido pelos meios de comunicação. Logo, podemos entender como primeira função social, a fiscalização interna para que essas informações sejam divulgadas o mais precisas e corretas possíveis, como uma espécie de *watchdog* interno.

Em seguida, conforme inciso II, a primazia para a checagem dessas informações, bem como a preferência para que sejam de interesse público, ou seja, com fim a atender as necessidades sociais básicas. Em resumo, suas duas primeiras funções sociais são: o compromisso com a verdade e sua divulgação.

Mais a diante, no Capítulo II, vemos a reafirmação desses compromissos: “art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação”.

Em continuação as suas funções sociais, há ainda outros incisos que podem ser interpretados como tal:

Cap. II, Art. 6º É dever do jornalista: I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; II - divulgar os fatos e as informações de interesse público; III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão; (...) VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação; (...) X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito; XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias; (...) XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza (FENAJ, 2007, p. 1-2).

Basicamente, o jornalista pode ser compreendido como um dos advogados da sociedade. Um dos encarregados pela luta para garantia dos direitos fundamentais, pautada na divulgação de informações de interesse público, na pluralidade do discurso, na garantia de expressão e expressividade dos diferentes grupos sociais existentes, inclusive minorias. Na luta contra a corrupção e discriminações de qualquer tipo para garantir a continuidade do Estado Democrático de Direito.

Por fim, no Capítulo III, Artigo 12º, encontramos mais uma reafirmação deste papel de “defensoria social”: “II - buscar provas que fundamentem as informações de interesse público; (...) VIII - preservar a língua e a cultura do Brasil, respeitando a diversidade e as identidades culturais;”. Ou seja, atuar como fiscal, dentro e fora das redações para que a cultura, direitos e justiça social sejam mantidos e, quando necessário, denunciar os casos em que não ocorrem, apresentando, contudo, as ferramentas para que se possa resolver o problema, não apenas apontando-o sem um fim educativo, ou com interesses exclusivos no ibope da empresa. Afinal, isso não garante a resolução do problema, portanto, não cumprirá o jornalista a sua função social fundamental.

Para que isso seja possível, deve comprometer-se ainda com a isenção e a compreensão do público a respeito da matéria, objetivos tão importantes quanto todos os outros citados. Para Barbeiro e Lima (2005, p. 24): “a isenção deve ser encarada como uma luta diária, acompanha as transformações contínuas da sociedade e está submetida às leis que determinam o processo histórico”.

Cumprida a isenção na elaboração do produto jornalístico, é preciso torná-lo compreensível a todos. Caso contrário, a mostra da existência de caminhos e ferramentas para resolver as mazelas sociais sem a devida compreensão de como podem e devem ser utilizadas, novamente de nada adiantarão, e em nada impactarão na vida dos consumidores de informação.

2.3 Abordagens do telejornalismo político

Neste tópico, dividido entre outros dois, trataremos de alguns conceitos teóricos e suas práticas. O que pauta o jornalismo político e o que deveria pautá-lo, bem como o que diferencia jornalismo denúncia de denunciismo e alguns exemplos onde esse já ocorreu.

2.3.1 Jornalismo Político e acontecimento

Quando se pensa em jornalismo político, a primeira lembrança que geralmente nos vem é de uma denúncia política. Pois bem, a denúncia não é um erro, aliás, é uma parte importante do jornalismo, o problema é quando se torna apenas isso. Além do desgaste do público isso acaba por diminuir o próprio jornalismo político.

Observemos o que nos fala Seabra a respeito do jornalismo denúncia:

Não há nada de errado em equiparar jornalismo a denúncia, a não ser pela imensa área de exclusão que se cria. Seria, então, necessário dizer que: jornalismo é, essencialmente, denúncia. A tarefa primordial do jornalista seria a de denunciar, embora ele possa também, de acordo com as funções naturais do “aparelho formal da enunciação”, construir outros relatos que não o da denúncia. Anunciar portanto seria mais próprio dos publicitários e não dos repórteres (SEABRA, 2006, p. 48-49).

Ou seja, o problema da denúncia é a exclusão de todas as outras nuances da pauta e da editoria. Deixa-se de trabalhar as políticas públicas, suas discussões e efeitos.

Outro conceito importante a ser abordado é o interesse público, que não deve ser confundido com informações advindas de órgãos estatais ou governamentais. Embora boa parte das informações de interesse público são relacionadas de alguma forma ao Estado. Segundo Seabra:

Em termos de interesse público, talvez o pressuposto básico seja o seguinte: onde há dinheiro público, há interesse público e deve haver transparência em torno de: a) informações sobre a alocação do dinheiro público; b) como o dinheiro público foi gasto; c) quais os resultados obtidos com o dinheiro público (SEABRA, 2006, p. 50).

É preciso, no entanto, nos atermos ao momento econômico-político vivido pelo Brasil, no qual nem só de dinheiro público advém as obras públicas. Parcerias do tipo público-privado

e iniciativas de investimentos privados com benefícios fiscais são exemplos de dinheiro de origem privada, que porém, influem diretamente na vida pública.

Esse entendimento pode ser caracterizado de maneira mais fácil por meio de Seabra (2006), “a defesa e a mobilização social em função de causas nitidamente sociais e/ou públicas (...). E por fim, uma última caracterização deste tipo de informação:

(...) conjunto de informações de utilidade pública, sendo que não apenas Estados e governos produzem, promovem e divulgam informações nesse plano, mas também sobre a economia e a sociedade (SEABRA, 2006, p.63).

Finalizado o conceito de interesse público, passamos então ao conceito de acontecimento. Para Alsina (2009) o acontecimento advém das seguintes premissas:

1) Os acontecimentos são gerados através de fenômenos que são externos para o sujeito. 2) Mas os acontecimentos não fazem sentido longe dos sujeitos, pois são eles os que lhes conferem sentido. 3) Os fenômenos externos que o sujeito percebe tornam-se acontecimento por causa da ação destes sobre aqueles. Os acontecimentos se compõe das características dos elementos externos nos quais o sujeito aplica seu conhecimento (ALSINA, 2006, p.114).

Além disso o autor considera o acontecimento como um fenômeno social e que está determinado histórico e culturalmente. Ou seja, esse muda de acordo com a sociedade que o vive, o que é acontecimento hoje poderia não ser há dez anos, ou poderá não ser considerado dez anos à frente.

Ainda no campo do acontecimento é preciso diferenciá-lo da notícia, segundo Alsina:

Poderíamos diferenciar o acontecimento da notícia dizendo que o acontecimento é uma mensagem recebida enquanto que notícia é uma mensagem emitida. Ou seja, o acontecimento é um fenômeno de percepção do sistema, enquanto que a notícia é um fenômeno de geração desse sistema (ALSINA, 2006, p. 133).

Por fim, definimos um acontecimento na mídia:

O acontecimento na mídia é toda variação comunicada do ecossistema, através da qual seus sujeitos podem se sentir implicados. A partir dessa definição, podem-se estabelecer os seguintes elementos, como sendo essenciais para o acontecimento: a) A variação do ecossistema. b) A comunicabilidade do fato. c) A implicação dos sujeitos (ALSINA, 2006, p. 140).

Conceituado acontecimento, vamos à mitologia da profissão. Para Traquina (2005) o jornalista cumpre uma função social de *watchdog*, ou seja, aquele que fiscaliza a sociedade, neste caso, fiscaliza todos os acontecimentos políticos, que influem de forma direta e ampla em tudo que a envolve. Segundo o autor:

(...) os repórteres foram transformando-se num mito coletivo no qual representam o indivíduo na sociedade de massas, aptos a mobilizar o poder da imprensa para corrigir a justiça (TRAQUINA, 2005, p. 60).

Estes valores são importantes à profissão, fazem, ou deveriam fazer, o jornalista refletir todos os dias sobre o seu papel para com a sociedade. Sua missão de bem informar, denunciar quando necessário e aprofundar os mecanismos de compreensão e cobrança dos direitos políticos adquiridos do cidadão.

2.3.2 Jornalismo Denúncia ou denunciismo?

Por falarmos em fiscal da sociedade, é preciso compreendermos uma diferença e uma necessidade. A diferença é entre jornalismo denúncia e denunciismo; a necessidade é do cuidado para que a denúncia não seja um fim.

Pois bem, o jornalismo denúncia nasce a partir do jornalismo investigativo, que por sua vez, explode na segunda metade da década de 1970, com o caso *Watergate*. Essa área da comunicação sempre se valeu de técnicas de pesquisa, contudo, até então não usava técnicas de investigação propriamente dita. Com o passar do tempo, e talvez sua origem na denúncia política, o jornalismo investigativo acaba, em sua maioria, por reduzir-se a isso.

Segundo Abreu (2002): “observa-se, tanto na América Latina quanto na Europa e nos Estados Unidos, uma valorização do jornalismo investigativo voltado para as denúncias de falcatruas e de corrupção”. É uma tendência, que contudo, não é livre de parcialidade apenas pelo fato de se tratar de denúncia, pelo contrário, Pêcheux (1990) nos garante: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”.

Logo, a denúncia também carrega ideologia. É preciso muita perspicácia, senso crítico, conhecimento e, claro, desconfiança do repórter mesmo de suas fontes mais seguras para desvencilhar ao máximo a revelação das intencionalidades e ideologias advindas das fontes, sejam elas oficiais ou anônimas. Assim, como não há sujeito sem ideologia, também não há denúncia, por mais que, às vezes, possa ser subconsciente, essa sempre estará lá.

Justifica-se deste modo, a principal razão para que a denúncia não seja feita sem a educação política e o ensinamento para se chegar as fontes primárias de informação, dando ao espectador a oportunidade de consumi-las por suas próprias perspectivas.

Esta “síndrome” do jornalismo denúncia é, também, uma herança do período ditatorial brasileiro, vejamos o que nos fala Abreu (2002):

Ao corroborar para a derrubada do regime autoritário, a imprensa ganhou credibilidade e legitimidade junto ao público leitor. Para continuar a usufruir dessa posição, passou a ter uma ação no sentido de desvendar as mentiras e mostrar os problemas da democracia. Mas o poder político também está interessado na divulgação dos segredos que encobrem a corrupção, na medida em que existe o “vazamento” desse tipo de informação para a imprensa (ABREU, 2002, p. 54).

Na prática, isso significa que boa parte dos vazamentos são intencionais, com o objetivo de “derrubar” a concorrência política existente – como vimos na definição política amigo-inimigo –, ou mesmo atenuar a sua culpabilidade diante as mídias, mudar o foco noticioso de si para outro escândalo político e fazer-se cair no esquecimento.

De acordo com Abreu (2002):

Deve-se ressaltar que a influência da imprensa, do rádio e da televisão é filtrada por grupos de pertencimento ou líderes de opinião que atuam em vários níveis. Um dos impactos da medição da vida política é que ela transforma sua ação em algo espetacular para despertar a atenção (ABREU, 2002, p. 52).

Prova concreta da espetacularização citada pela autora é, por exemplo, a apropriação¹⁵, edição e veiculação da entrevista¹⁶ de José Ivo Sartori no programa La Urna, do jornal Zero Hora, para a campanha a governador do estado, pelo partido da oposição. No vídeo editado pela oposição inclui-se somente a parte de interesse da entrevista, uma denúncia da não existência de propostas, e as seguintes frases no início e fim do vídeo, respectivamente: “o candidato Sartori concedeu uma entrevista ao programa La Urna, da RBS. Foi desafiado a apresentar pelo menos uma proposta. Vamos ver como ele respondeu:” e; “você acredita que um candidato que não tem sequer uma proposta, possui condições de governar o Rio Grande?”.

Segundo Alzira Alves de Abreu (2002):

A luta política adquiriu formas midiáticas, e os políticos passaram a utilizar a “moralidade” como arma para qualificar ou desqualificar os adversários. Essas formas de ação encontram grande ressonância junto ao eleitorado (...) (ABREU, 2002, p. 51).

¹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GZ-L3ITKKVc>>. Acesso em: 26 de agosto de 2017, 20:50.

¹⁶ Disponível em: <<https://youtu.be/EQGyaNILhTA>>. Acesso em: 26 de agosto de 2017, 20:45.

Entretanto, é preciso lembrar que isso não ocorre apenas na política partidária, ou em épocas eletivas, mas em todo o sistema político público, denúncias da saúde ao asfalto, da educação ao saneamento básico. Claro, há casos em que a delação é uma obrigação do ofício de promotores e juízes, mas mesmo assim, são sujeitos, e como sujeitos, possuem ideologia.

De modo geral:

A imprensa é vista pelo poder político e econômico como um instrumento, um meio de transmitir determinadas informações que podem destruir um adversário político, um concorrente comercial. A informação é passada para o jornalista porque alguém está interessado em divulgá-la. Logo, todo vazamento de informação tem um lado de manipulação (ABREU, 2002, p. 54).

Ressaltamos, é neste ponto em que a denúncia como fim se torna um risco, e que a imparcialidade, o ideal perseguido pelo jornalismo, é posta à prova. A denúncia sem a educação política e promoção do aprofundamento aos espectadores interessados coloca em xeque a neutralidade do trabalho.

É preciso, ainda mais na era colaborativa¹⁷ dos espectadores com a comunicação, ao menos indicar o caminho para essas informações, caso contrário, arrisca-se perder aquilo por que tanto se preza: a credibilidade. Além, claro, da denúncia como fim, sem a politização da sociedade, não resolver os problemas apontados, pois, sem cidadãos que conhecem os meios de exigência das resoluções, as denúncias não passam de mais um “jornal para embrulhar o peixe”.

Compreendida a necessidade de não se estabelecer a denúncia como um fim, nos resta entender o que é o denunciamento:

De acordo com Waishbord, a dependência dos repórteres de informações confidenciais e de documentos em segredo por fontes oficiais leva a um outro fenômeno, o do “denunciamento”. O termo se refere à facilidade com que se podem fazer denúncias sem evidências suficientes, a partir de informações passadas por uma ou duas fontes. O denunciamento seria uma deformação do jornalismo investigativo, caracterizada pela pouca investigação independente e pelo “cultivo” de fontes de informação. Nesse tipo de jornalismo predomina o sensacional, a narração de uma história dramatizada, onde a denúncia não é fundamentada, e o registro dos fatos não é feito com isenção (ABREU, 2002, p. 50-51).

¹⁷ O período atual da comunicação é defendido por muitos autores – principalmente Henri Jenkins (2006) – como o colaborativo, em que a audiência não é mais passiva, mas justamente, colaborativa. Pois contribui com o envio de vídeos, fotos e informações, inclusive em tempo real e pode, caso o meio jornalístico esteja errado, servir para corrigi-lo diante a outros consumidores.

Tal fenômeno, não é um evento recente. Em 1997, os jornais O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo (caderno de Campinas) e Vale paraibano, de São José dos Campos, tiveram diversos de seus jornalistas demitidos por não publicarem denúncias de irregularidades em prefeituras administradas pelo PT devido à falta de provas concretas. Segundo nota¹⁸ divulgada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em 13 de junho de 1997, os donos dos veículos demitiram os profissionais pelo fato da concorrência haver publicado a denúncia.

Contudo, antes ainda, em 1994, temos um caso de denunciismo que repercute até hoje no país: a Escola Base¹⁹. Sem checar as denúncias de forma metódica, como sugerem os manuais de ética e princípios jornalísticos, a notícia foi publicada. Barriga²⁰. O pior, não é a carreira do jornalista, porém, a moral dos donos da escola que jamais seria reparada de forma integral perante a sociedade.

Sabendo de possibilidades de “barrigas” como essa, o ramo da politicagem também se aperfeiçoou:

Houve um aumento do custo das atividades políticas, um desenvolvimento de novas técnicas (sondagens, *marketing*, comunicação) e uma transformação estrutural pública. A luta política adquiriu formas midiáticas, e os políticos passaram a utilizar a “moralidade” como arma para qualificar ou desqualificar os adversários. Essas formas de ação encontraram grande ressonância junto ao eleitorado e ao público leitor (ABREU, 2002, p. 51).

Como destaca Alfredo Vizeu no artigo²¹ “A síndrome do denunciismo”, publicada no site da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), “a dificuldade ou a falta de acesso às informações favorece o poder daqueles que detêm nas mãos a informação e a protegem pelo segredo”. Completa: “o melhor remédio contra a síndrome do denunciismo é uma imprensa que não seja servil aos donos do poder”.

Observadas as bases teóricas necessárias para uma compressão mínima do conceito de política, da construção e diferenciação dos tipos de reportagem em telejornalismo político e da função social do jornalista, partimos para as diferenciações entre o telejornalismo de televisão pública e privada e, finalmente a uma análise prática de tal.

¹⁸ Disponível em: <<http://igutenberg.org/atuaisi.html>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017, 22:00.

¹⁹ Escola infantil de São Paulo que foi acusada de pedofilia por parte dos donos, uma professora e um motorista. Contudo, dezoito anos depois provou-se a inocência dos acusados, mas o isolamento social já havia sido obrigatório.

²⁰ Expressão do vocabulário de jornalistas para significar a falsidade de uma notícia.

²¹ Disponível em: <<http://fenaj.org.br/a-sindrome-do-denunciismo/>>. Acesso em: 29 de agosto de 2017, 00:42.

3 O NÃO APROFUNDAMENTO, POSSÍVEIS CAUSAS

Neste capítulo trabalharemos com os conceitos de telejornalismo na TV pública e privada, posteriormente analisaremos as produções de dois meios para compreender o nível de aprofundamento das pautas.

3.1 Toda TV é pública

Como explicado no capítulo anterior, jornalismo político e sua função social, o telejornalismo possui função informativa e educativa, garantida também pela nossa constituição:

A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (Constituição Brasileira de 1988, Art. 221, Cap. V – DA COMUNICAÇÃO SOCIAL).

E foi esta carta magna que estabeleceu o direito a produções livres de influências político-econômicas no pós-ditadura de 1964. Período em que tudo passava por censura e, até então, só eram aprovadas pautas que iam ao encontro de interesses militares.

Estabelecidas as funções e garantida a liberdade de expressão, agora com força de lei, começam-se – ou deveriam ter começado – as produções televisivas aprofundadas e com acesso e divulgação dos dados e serviços públicos de interesse público.

Ao se falar em telejornalismo político na TV pública, essas funções deveriam ser ainda mais presentes, uma vez que, assim como o jornalista assume função de *whatchdog*²², a TV pública deveria assumir o papel fiscalizatório dos órgãos da máquina estatal, como uma ferramenta de controle, porém independente de tais.

De acordo com Souza (2005, p.109) “dessa tendência à constitucionalização resultou uma Constituição que regula não apenas princípios, regras e direitos – individuais, coletivos e sociais –, mas também um amplo leque de políticas públicas”. Políticas que podemos, também, compreender como o direito à informação, como televisões públicas que informem e eduquem sobre política de maneira clara e profunda.

²² Conforme definido por Traquina (2005) e explicado no capítulo 2, Jornalismo político e sua função social.

Entretanto, devemos ressaltar que desde a sua implantação no Brasil, por Assis Chateaubriand na década de 50, a televisão nascia com interesses comerciais e não informativos ou educativos. Observa Neptune (2011, p.8): “no início, não foi considerada um bem público para a formação da sociedade, e sim um empreendimento comercial. A exploração do direito privado baseado em concessões foi a linha base para sua utilização durante vários governos”. Carrato (2005) resalta essa condição:

enquanto na Europa e mesmo nos Estados Unidos em primeiro lugar estavam os telespectadores, entendidos como cidadãos, entre nós, desde o começo os telespectadores foram considerados apenas consumidores e tratados como tal. A diferença é considerável (CARRATO, 2005, p.4).

Com essa raiz em sua nascença e um controle ditatorial de vinte e um anos, não seria fácil trocar o perfil editorial já consolidado do veículo de comunicação. Ainda mais, sem o devido incentivo público, como ressaltado por Oliveira Filho e Coutinho (2014, p. 2) “Enquanto as televisões comerciais recebiam apoios maciços, o sistema público estatal de televisão educativa, criado no início da década de 70, carecia de recursos – já que por lei não poderia promover publicidade”.

A mudança a essa postura veio, justamente, um ano após o fim da ditadura militar, em 1986, com a Lei Sarney, que permitia o patrocínio a televisões públicas em troca de um abatimento de até 80% no imposto de renda, substituída em 1990 pela Lei Rouanet, que reestabelecia os princípios da Lei anterior de incentivo à cultura por meio de apoio da iniciativa privada. Posteriormente essa última foi complementada com a lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que permite as rádios e televisões educativas receberem recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se assim o patrocínio de programas, eventos e projetos.

No entanto, alguns fatores levaram as empresas públicas de televisão a não terem o mesmo índice de audiência das TVs comerciais, como pode ser observado no relatório final da Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, em que a primeira TV pública, TV Cultura, aparece apenas na décima posição, como segunda opção e com 1% das menções da pesquisa; seguida da TV Senado (45°); TVE (110°); TV Escola (155°) e TV Justiça (162°), todas com menos de 1% de menção.

Dentre os fatores da pouca audiência das TVs pública, elencamos: 1) terem sido criadas tardiamente em relação as emissoras particulares, mais precisamente dezessete anos após o início da televisão no Brasil. A primeira televisão de outorga pública na verdade era educativa,

criada em 1967, a TV Universitária de Pernambuco, da Universidade Federal de Pernambuco (UFP). Já a primeira TV realmente pública alternativa ao modelo comercial foi a TV Cultura de São Paulo, da fundação Padre Anchieta, nascida em 15 de junho de 1969; 2) não terem partido de igual nível econômico das TV's privadas desde a sua criação, nem o alcançado ao longo dos anos. Segundo Carrato (2005, p.2) a maioria das emissoras “conta com orçamento insuficiente para fazer face a suas atividades e não dispõe de recursos para investir em novos formatos de programas e nem em tecnologia digital”; 3) o uso contínuo e prolongado desse serviço para promoção do governo, visando a prestação de uma assessoria de comunicação em detrimento a um jornalismo independente, herança, principalmente, do período ditatorial militar de controle e censura midiática; 4) o modo de entendimento a respeito deste meio de comunicação diferenciado de países como Portugal, França e Inglaterra, nos quais a televisão era inicialmente pública e posteriormente passou a ser um empreendimento comercial, o que gerou jornalismo estatais de referência, como a BBC de Londres.

Ou seja:

O modelo brasileiro de televisão teve sua origem caracterizada por uma interconexão entre o Estado paternalista e os grupos hegemônicos presentes no negócio da mídia. Seguiu de perto o modelo norte americano, com televisões comerciais sustentadas através de financiamento da programação mediante inserções comerciais. Sempre esteve na nossa Constituição a idéia (*sic*) de que a telecomunicação, a comunicação de massa é um serviço público federal que pode ser exercido diretamente pelo poder público ou pode ser concedido a particulares (NEPTUNE, 2011, p. 14)

Destacamos nesta parte do trabalho o fato de que de um jeito ou de outro esse serviço é público, e no máximo, terceirizado. Ou seja, a partir deste ponto podemos compreender toda televisão como pública, mesmo as que chamamos comerciais assim o são pela forma de sustentação, contudo, apenas prestam um serviço de maneira terceirizada ao Estado e, portanto, são regidas pelas mesmas leis e têm iguais obrigações a serem seguidas das chamadas TVs públicas, ao menos em teoria.

De maneira mais clara, Neptune (2011) propõe:

há uma confusão conceitual quando se mistura “sistema” com “modelo de gestão”. Todo sistema é público, a forma como os canais televisivos são administrados é que difere entre o que se pode designar por setor privado, responsável pelas televisões comerciais e a classe política/dirigente, que controla as televisões públicas (NEPTUNE, 2011, p. 6).

Ainda:

Enquanto a televisão comercial cumpre com a função de oferecer, numa visão maniqueísta, gratificação e escape a partir do entretenimento, a televisão pública precisa ser entendida pela sociedade como a possibilidade de um caminho útil para o alcance da informação e educação que pode prestar à formação do cidadão (NEPTUNE, 2011, p. 6).

Deste modo, se toda TV é pública, como chamamos às TVs que não possuem um modelo de gestão comercial? Bem, no caso Brasileiro, as TVs são chamadas de educativas – destaca-se que houve uma tentativa de criação de um sistema público de televisão, semelhante à BBC, no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contudo, devido a pressões políticas e comerciais a EBC acabou por se tornar uma televisão como as outras já existentes –, ou seja, legalmente não existe uma legislação que divide as radiodifusões²³ em públicas e comerciais, mas sim em educativas e comerciais.

A penúltima modalidade de radiodifusão, por sua vez, é regida por três principais leis, além do Código Brasileiro de Telecomunicações²⁴, são elas: o Decreto-Lei 236²⁵, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 2.108²⁶, de 24 de dezembro de 1996, e a Portaria Interministerial nº 651²⁷, de 15 de abril de 1999. De maneira resumida, entende-se por radiodifusão educativa de acordo com tais:

é o Serviço de Radiodifusão Sonora (rádio) ou de Sons e Imagens (TV) destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional (LOPES, 2011, p. 8.).

Contudo, apesar da radiodifusão educativa admitir somente programas do tipo educativos-culturais, segundo o Decreto-Lei 236 em seu artigo 2º: “os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais

²³ De acordo com Neptune (2011, p. 9): “a radiodifusão é um gênero que compreende todos os serviços que utilizam o espectro eletromagnético de radiocomunicação destinado à recepção direta pelo público em geral, dos quais se destacam o rádio (radiodifusão sonora) e a televisão (radiodifusão de sons e de imagens) e outras espécies de emissão”.

²⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4117.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2017, 01:10.

²⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2017, 01:09.

²⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2108.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2017, 01:06.

²⁷ Disponível em:

<http://www.lex.com.br/doc_345250_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_651_DE_15_DE_ABRIL_DE_1999.aspx>. Acesso em: 30 de outubro de 2017, 01:04.

identificados em sua apresentação”. O que nos permite, por exemplo, a construção de programas com o conceito de infotainment²⁸ para tornar atrativos e ao mesmo tempo instrutivos ao público.

Afinal, se é monótono, cansativo, exaustivo ou desgastante, o telespectador não consumirá o produto final após um longo dia exaustivo de trabalho. Ignorar a forma de construção como se a produção de conteúdo informativo não pudesse fazer uso do entretenimento – ao menos nas TVs públicas que já possuem o pré-conceito e premissa de serem chatas – é correr o risco de jogar o trabalho inteiro do jornalista no lixo, pois sem consumo, não há a mudança educacional esperada, não havendo razão, de acordo com a legislação vigente, para a produção. É preciso lembrar que no fim o poder de decisão, o interruptor ou controle da TV, está na mão do telespectador.

Caracterizados os tipos de radiodifusão existentes passamos agora a análise dos produtos propriamente ditos. Para isso faremos uso das técnicas de análise de conteúdo conforme Laurence Bardin (2011).

3.2 Você percebe o esvaziamento?

Neste tópico analisaremos três reportagens de cada emissora, TVAL e RIC Record Florianópolis, referentes ao mês de agosto de 2017. As produções são de seus telejornais noturnos, Jornal da Assembleia, apresentado às 18 horas de segunda a quinta-feira, e RIC Notícias SC, apresentado às 19 horas de segunda a sexta-feira.

Os critérios de escolha são pautas sobre políticas públicas, ou seja, todos os temas que envolvem os direitos fundamentais apresentados no referencial teórico deste trabalho, bem como “finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”, obrigações presentes no artigo 221, capítulo V – DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, ambos presentes em nossa constituição.

Outro critério levado em consideração é semelhança de tema para que pudéssemos ter uma análise comparativa mais eficiente entre a emissora de sustento comercial e a emissora educativa. Sempre que a mesma pauta foi abordada pelas duas televisões, durante o mês de agosto, essa foi escolhida.

Quanto as análises em si, são um diálogo entre os conceitos dos autores presentes no referencial teórico e metodologia com as reportagens escolhidas. Desta forma, levaremos em conta: os conceitos de política abordados, os conceitos jornalísticos como valores notícia e

²⁸ De acordo com Dejavitte (2006, p. 62): “conteúdo editorial que fornece informação e diversão ao leitor e, ao mesmo tempo, constitui uma prestação de serviço”.

reportagem, funções sociais do jornalismo, denúncia, denunciismo. Este diálogo será feito por meio de aplicações de técnicas de análise do conteúdo, a partir dos conceitos de Laurence Bardin (2011) em conjunto aos demais autores.

Destacamos que nas análises dos produtos apenas tivemos acesso as cabeças²⁹ das reportagens da RIC TV, nas produções da TVAL, disponíveis no YouTube, aquelas não foram inseridas.

Iniciamos a análise pela parte quantitativa, com o número total de pautas disponíveis nos canais do YouTube das emissoras estudadas, bem como a contagem de quantas dessas envolvem políticas públicas. Posteriormente passamos a análise das seis reportagens escolhidas.

Tabela 1 – Comparativo de pautas do mês de agosto de 2017

	RICTV	TVAL
Total de reportagens	43 (100%)	142 (100%)
Pautas que envolvem políticas públicas	29 (67,44%)	91 (64,08%)

Tabela 2 – Identificação Emissora/Programa

Emissora	Programa	Periodicidade	Apresentação	Período de análise
TVAL	Jornal da Assembleia	De segunda a quinta-feira às 18 horas e 30 minutos	Jucinei Cardoso	01/08/2017 a 25/08/2017

Tabela 3 – Identificação da Reportagem 01³⁰

Reportagem	Tempo	Tema	Fontes	Repórter
Atraso no repasse de verbas a hospital foi tema de pronunciamento – 03/08/17	1:41 segundos	Saúde pública	Kennedy Nunes/ Dep. Estadual (PSD); José Oliveira Mafra/ Presidente do SINTAEMA/SC	Renan Schlickmann

²⁹ Texto lido pelo apresentador antes de rodar a matéria, em alguns casos traz informações complementares ou explicativas. Conforme CUZ NETO (2008, p. 98): “a cabeça não pode dizer tudo que há na matéria nem ser muito vaga. Deve chamar, na verdade, a matéria pelo que ela tem de mais atraente ou forte e não deve coincidir nunca com o início dela, senão fica repetitivo”.

³⁰ Link: <https://youtu.be/7Apv37iP1vw?list=PLNmz4ds5UGCyUA4nThXHMdcZn1I3yZeUd>

Tabela 4 – reportagem 01

Off 01– Renan Schlickmann: o atraso nos repasses do governo do estado chegou aos 13 milhões e 500 mil reais, referentes as parcelas de junho e julho e um saldo remanescente de maio.

A secretaria de estado da saúde confirmou o repasse de 890 mil, com o dinheiro disponível a partir desta quinta-feira. Esse montante reduz a dívida para 12 milhões e 600 mil reais e será usado no pagamento da maior parte dos médicos.

Esses profissionais, contratados como pessoas jurídicas, deveriam ter sido pagos no último dia 15.

Sonora – Kennedy Nunes/ Dep. Estadual (PSD): do ano passado a justiça bloqueou 16 milhões de reais pra equiparar um saldo que tinha, mas ela tem lá 2 milhões e 200 mil reais hoje em caixa, desde o ano passado, pra ser utilizado no hospital materno infantil e agora não tá sendo utilizado. Qual é o interesse da justiça em manter 2 milhões e 200 mil reais parados numa conta, sendo que o objetivo ou o objeto desse dinheiro é o hospital manterno-infantil? Por que não passar pra eles?

Off 02 – Renan Schlickmann: no horário destinado as explicações pessoais, o presidente do sindicato dos trabalhadores em água, esgoto e meio ambiente de Santa Catarina, a convite do deputado César Valduga do PC do B, usou a tribuna para manifestar sobre a frente parlamentar e o fortalecimento da CASAN pública.

Sonora – José Oliveira Mafra/ Presidente do SINTAEMA/SC: precisamos fortalecer as instituições públicas, precisamos fortalecer o setor público, as empresas públicas e acima de tudo o entendimento político que defender as empresas públicas é defender a população, é defender cada uma e cada um de nós nesse país.



Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5

Fonte: elaboração do autor a partir dos vídeos

Abordagem: a reportagem tem de início um tom informativo, contudo, em seu desenvolver apresenta fontes que não são oficiais – um deputado estadual aparentemente sem qualquer

ligação com a saúde e um funcionário público de uma instituição também sem ligação com a saúde, em detrimento, por exemplo, do secretário de saúde do estado ou o médico diretor do hospital—, nem usuárias do sistema de saúde público. Resta a dúvida se foi com a intenção de promover o deputado ou se o repórter não deixa claro alguma colocação a respeito das verbas para a saúde vista por ele ao longo da sessão que, entretanto, não foram apresentadas para o telespectador ao longo da reportagem.

Os valores notícia atrelados parecem ser da relevância, pois afeta os cidadãos diretamente, e o da infração, devido ao descumprimento do repasse mínimo à saúde estabelecido em lei e, como resultado, nos levam a prática do problema observado por Traquina (2005, p.85), a maior ênfase da pauta no acontecimento, e não na problemática.

Observações: a matéria inicia com a informação de que “o atraso nos repasses do governo do estado chegou aos 13 milhões e 500 mil reais”, contudo, não contextualiza o valor para torná-lo compreensível ao telespectador.

Outro ponto a ser observado é o uso de tempos verbais no passado, quando na verdade o telejornalismo deve utilizar sempre o presente, como nos afirma Cruz Neto (2008, p.56). Essa conjugação verbal evita a perda no tempo de referência e auxilia a compreensão do telespectador.

Quando se fala que houve um atraso de 13 milhões e 500 mil reais não há a informação de para qual setor esse dinheiro não foi enviado, ou qual o setor mais prejudicado. A escolha de fontes parece não ter sido coerente, não são fontes oficiais, como o secretário da saúde ou o médico diretor do hospital, por exemplo, além disso não se sabe se são usuárias do Sistema Único de Saúde, ou seja, também não temos a certeza de serem fontes oficiais.

De volta ao *off* 1 temos a informação de que os médicos são “contratado como pessoas jurídicas”, o que poderia ser retirado sem perda de sentido, pois não se apresenta a diferença nas datas de pagamento para os médicos concursados, nem se expõe o não recolhimento de seguro desemprego para pessoas jurídicas, ou seja, nenhuma informação é de fato acrescida.

Ao se tratar de coerência imagética, durante todo o primeiro *off* temos imagens da câmara de vereadores, o que não faz um casamento de sentido com o texto. Quanto a primeira sonora, do Deputado Kennedy Nunes, também parece desconexa do *off* anterior, não fica clara a relação dele com o não repasse ou com o repasse tardio de parte do dinheiro. O deputado tem algum projeto para evitar esses problemas de repasses na saúde? Fez alguma denúncia no Ministério Público contra o dinheiro parado nas contas? Coordena ou coordenou algum órgão de saúde? Qual a relação dele com as informações passadas nos *off* anteriores?

O mesmo questionamento se aplica ao *off* 02 e a sonora de José de Oliveira Mafra, qual a relação dele com o não repasse de dinheiro ao hospital? O atraso do repasse se deu devido a alguma dívida de água ou licenciamento ambiental do hospital? Ele representa as instituições públicas no geral?

Um dos pontos de vista pelo qual podemos enxergar a presença da primeira sonora é pelo olhar da “política como relação”. Ao conceder o local de fala ao deputado, sem apresentar uma relação desse com a dívida pública, a impressão passada é o que Wolfgang (2006, p. 48-49) nos expõe através daquele conceito, a tentativa de estabelecer uma relação com a “sociedade de governados” e a nutrição disso para se ter a “vinculação com sua base, e que precisam ser levados em conta para se ocupar o governo”.

Já a segunda sonora seria uma forma de legitimação da primeira, como a aplicação prática da “política amigo-inimigo” apresentada por Bobbio (1998). Há a presença de mais de um entrevistado em defesa de um mesmo lado, o mantimento e defesa de uma empresa pública, que aparentemente luta em conjunto com o deputado contra um inimigo em comum: o devedor, que entretanto não ganha voz. Ou seja, como expõe Bobbio (1998, p.959): “a sua função consistiria na atividade de associar e defender os amigos e de desagregar e combater os inimigos”. Enfim, utiliza-se da política como um meio de garantir a defesa de seu lado, sua posição, e não como um meio para o fim comum de garantia de um direito do cidadão.

Sugestões: Iniciar o primeiro *off* levando em consideração que o salário médio mensal³¹ do brasileiro é de R\$2.480,36, ou seja, para que o valor devido seja efetivo, no sentido de chamar atenção, causar impacto, e não apenas ser uma informação lúdica, é preciso contextualizá-lo, trazê-lo para a realidade do cidadão. Sugerimos, por exemplo: “Segundo o IBGE o salário médio do brasileiro é de 2.480 reais e 36 centavos, já imaginou ficar um mês sem esse valor? Pois é, não dá para pagar o aluguel, a luz e talvez, nem mesmo com as economias, a comida. Hoje é assim que está a saúde pública de Santa Catarina, o déficit, os salários acumulados que ela deixou de ganhar, são de 13 milhões e meio de reais (...)”

Uma vez contextualizado o valor, poderia o repórter ter explicado aonde refletem essas dívidas, como na casa faltaria a comida, no hospital isso corresponderia aos remédios, aos materiais cirúrgicos, a manutenção de equipamentos. Seria interessante sair da câmara de deputados e mostrar a realidade vivida pelo hospital sem esse dinheiro, ao invés da discussão abstrata entre parlamentares.

³¹ Ultimo cálculo realizado pelo IBGE, em 2015, através do Cadastro Central de Empresas (Cempre). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100618.pdf>>. Acesso em: 4 de novembro de 2017, 4:21.

Ainda no primeiro *off*, agora em questão imagética, poder-se-ia ter coberto o primeiro parágrafo com um infográfico, imagens do hospital com consequências dessa falta de repasse ou, em último caso, transformá-lo em uma passagem, caso não houvesse imagens de apoio, como nos sugere Cruz Neto (2008, p.55). Ao optar pelas imagens de deputados, causa-se uma certa incoerência entre texto e imagem, ainda mais sem que se estabeleça uma relação clara e direta deles no texto para com as imagens.

No segundo parágrafo a incoerência imagética se repete, a cobertura do texto poderia ter sido feita com imagens da secretaria de saúde, ao invés do uso, mais uma vez, de imagens da câmara. Para reforçar a informação e dar caráter oficial poderia ter-se inserido uma sonora do secretário de saúde, no lugar da câmara, o que também daria mais atenção aos números, objetivo principal da matéria.

No último parágrafo do primeiro *off* o erro é repetido pela terceira vez, fala-se do não pagamento dos médicos e mostram-se imagens dos deputados, pergunta-se: qual o objetivo? Claro, aparentemente é introduzir o personagem da sonora. Contudo, como já observado, ele não é fonte oficial, nem, ao que sabemos, oficiosa. Quanto a essa sonora, poder-se-ia tê-la substituído por outras duas, uma do secretário de saúde e outra do diretor de um hospital para falar das dificuldades encontradas.

A primeira informação dada na sonora, “a justiça bloqueou 16 milhões de reais pra equiparar um saldo”, não está conectada às informações anteriores, esse saldo era para ser destinado ao hospital? Equiparar a quê? Para quê? Já a segunda informação “mas ela tem lá 2 milhões e 200 mil reais hoje em caixa, desde o ano passado, pra ser utilizado no hospital materno infantil e agora não tá sendo utilizado” poderia estar presente no primeiro *off*.

Quanto ao trecho: “o interesse da justiça em manter 2 milhões e 200 mil reais parados numa conta”, poderia ter sido gancho³² para a continuidade do tema, em outra matéria, no dia seguinte, ou mesmo um aprofundamento por meio de Jornalismo Transmídia³³ sobre o caso ocorrido. Contudo, da maneira como está inserido, sem uma continuidade da explicação e sem uma relação bem construída com os textos anteriores, poderia ser retirada para dar espaço as duas fontes principais que poderiam falar deste reflexo da falta de dinheiro, suas causas, consequências e possíveis saídas.

³² Termo utilizado pela comunidade jornalística para quando um trecho da pauta dá continuidade para a elaboração de outra matéria.

³³ Segundo Renó (2013, p. 69): “O Jornalismo Transmídia vem a ser uma forma de linguagem jornalística que contempla ao mesmo tempo diversas mídias, com diversas linguagens e narrativas a partir de diversos meios e para distintos usuários, graças à interatividade na recepção da mensagem. Para tanto, são adotados recursos audiovisuais, de mobilidade e interativos e sua difusão a partir de mídias diversas, como blogs e redes sociais”.

Em relação ao segundo *off* e a segunda sonora, também não é possível compreender a relação com a dívida e o hospital. Entende-se que o segundo *off* é uma apresentação do personagem para a segunda sonora, todavia, qual a relevância desta fonte para a situação vivida? Como ela se insere, é atuante na cobrança das carências? É usuária do sistema público de saúde? Está como representante da secretaria de saúde ou do hospital, além do sindicato referido? Claro, pode-se ligá-la pelo fato de também ser funcionária pública, porém não há justificativa para colocá-la em detrimento a funcionários relacionados com a área.

Para esse trecho, já que em partes anteriores apontamos a inserção da secretaria de saúde e do médico diretor do hospital, fazemos a sugestão de um usuário destes serviços prejudicados com a falta do repasse, tanto no *off*, quanto na sonora. Por exemplo: “João da Silva é pai de Fulano, bebê com três meses de idade que nasceu com uma má formação nos ossos do quadril e precisa de cirurgia para que um dia possa andar”, posto isso, entra a sonora do pai contando que com a falta de recursos o hospital não pode realizar a cirurgia, como a família está com a situação, quanto é o tempo de espera. Segundo Bonner (2007):

A sonora em primeiro lugar, legitima o discurso jornalístico da reportagem. Uma sonora bem escolhida e representativa daquilo que se vê na rua é 80% da matéria (...) A sonora é fundamental na matéria. Ela é nossa prova incontestável de que fomos lá e de que demos ouvido aos personagens daquela estória. E uma estória com personagens, cativa. Se ela não tem personagens ela não cativa (BONNER, 2007, apud PORTO, 2007, p. 164)

Ou seja, uma sonora com o público legitimaria a produção e a tornaria cativante, inserida em sua realidade e mais atraente para todos seus iguais. Após a sonora poder-se-ia inserir um *off* informativo sobre o número de pessoas na mesma situação e quantos procedimentos poderiam ser realizados caso os repasses estivessem em dia.

Por fim, o repórter poderia convidar os telespectadores a consumirem também por uma proposta transmídia, na qual acompanhariam passo a passo o caminho do dinheiro que não chegou, o porquê não chegou, para onde foi, como foi, como a situação será resolvida, como ele pode fiscalizar o caminho desse dinheiro por meio de ferramentas públicas, como exigir o uso dos recursos de modo adequado. Isso driblaria o fator tempo e ao concomitantemente faria com que o jornalismo da emissora cumprisse com um dos seus papéis firmados na legislação “preferência a finalidades educativas”. Seria o cidadão educado politicamente para exigir um de seus direitos fundamentais garantidos pela constituição, pelos Direitos Humanos e um sem número de legislações estaduais e municipais existentes.

Tabela 5 – Identificação Emissora/Programa

Emissora	Programa	Periodicidade	Apresentação	Período de análise
RICTV	RIC Notícias SC	De segunda a sexta-feira às 19	Paulo Alceu	04/08/2017 a 22/08/2017

Tabela 6 – Identificação da Reportagem 02³⁴

Reportagem	Tempo	Tema	Fontes	Repórter
Entidades de saúde do estado sofrem com o pequeno repasse de verbas – 04/08/17	1:51 segundos	Saúde pública	Tércio Karsten/ presidente da Fehoesc; Gissele Nunes/ dir. controle de contas em exercício; Neodi Saretta/ pres. Comissão de Saúde da Alesc;	Alexandre Mendonça

Tabela 7 – reportagem 02

Off 01 – Alexandre Mendonça: são pelo menos cinco hospitais do estado em situação crítica, segundo a Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas. Estão em Criciúma, Tubarão, Lages, Curitiba e Joinville.



Figura 16

Sonora – Tércio Karsten/ presidente da Fehoesc: não tem dinheiro pra manutenção de equipamentos, não tem dinheiro pra comprar os medicamentos necessários, a questão da remuneração dos médicos é um fator importantíssimo.



Figura 17

Off 02 – Alexandre Mendonça: a secretaria de estado da saúde divulgou que tem uma dívida de 700 milhões de reais. Segundo o tribunal de contas, o estado tem cumprido com o valor mínimo de repasse previsto na constituição, que é de 12% do orçamento.



Figura 18

Em 2015 o repasse para a saúde foi de 12,11%, em 2016, 12,84%, mesmo assim existem

³⁴ Link: <https://youtu.be/b3TiVhAomSE>

unidades de saúde agonizando e o TCE começou a monitorar as contas da secretaria da saúde. Sonora – Gissele Nunes/ dir. controle de contas em exercício: esse monitoramento é pra verificar se todas as despesas da saúde estão em reconhecidas e registradas. Porque no momento não se conhece efetivamente qual é a dívida da secretaria da saúde.

Off 03 – Alexandre Mendonça: a partir deste ano o repasse mínimo pra saúde vai subir pra 13%, 14% no ano que vem e 15% em 2019. A mudança foi aprovada pelos deputados catarinenses, mas ele admitem que ainda é pouco.

Sonora – Neodi Saretta/ pres. Comissão de Saúde da Alesc: isso significa um incremento aí de mais de 200 milhões por ano, vai dar um incremento importante. Na frente obviamente, talvez lá na frente esse percentual precise novamente ser revisto.

Passagem – Alexandre Mendonça: em nota a secretaria de estado da saúde diz que está fazendo o possível pra poder liquidar essas dívidas. Mas como tudo é prioridade na área da saúde, a situação de cada unidade está sendo analisada isoladamente, pra poder identificar aquilo que é essencial no atendimento ao público aqui em Santa Catarina.



Figura 19



Figura 20



Figura 21



Figura 22

Fonte: elaboração do autor a partir dos vídeos

Abordagem: diferente da reportagem realizada pela TVAL sobre o mesmo tema, a RICTV parece dar um tom informativo, ao invés de assessoria. Observa-se isso pela utilização de fontes oficiais e ligadas diretamente a saúde ou ao controle do dinheiro. O valores notícia, porém, permanecem os mesmos, relevância e infração.

Observações: ao contrário da reportagem feita pela TVAL, antes de lançar valores não contextualizados na produção, são apresentados os sujeitos desse factual: os hospitais atingidos. Contudo, não deixa claro para os telespectadores o que é “situação crítica”, nos termos técnicos

e classificações do hospital, nem se faz uma coerência imagética com o texto, pois as cenas mostradas não emitem nenhum signo ou discurso de gravidade.

No segundo *off*, assim como na matéria da televisão legislativa, não se procura contextualizar o valor para a realidade do cidadão. Porém, há a presença de fontes oficiais e diretas com as informações e a passagem de dados mais precisos, com a porcentagem correta referente ao ano inseridos em um infográfico, ao invés apenas narrados com imagens desconexas, o que facilita a compreensão e apreensão do telespectador à notícia.

As fontes são agora justificáveis, novamente ao contrário da outra emissora, e descobre-se que o homem que parecia ser mostrado aleatoriamente na reportagem da TVAL, na verdade é presidente da comissão de saúde. Além disso, aqui parece não haver uma preocupação com a “política como relação” (MAAR, 2006) ou política “amigo inimigo” (SCHMIDTT, 1927; FREUND 1965), talvez em detrimento da emissora não estar subordinada aos poderes políticos. Ainda em se tratando de fontes, observa-se que tanto nesta, quanto naquela emissora, há a falta da consulta àquele que é o mais afetado por tudo isso, o cidadão.

Por fim, a passagem do modo como foi gravada, em um cenário aleatório que não a secretaria de estado da saúde, parece ser desnecessária e poderia ser transformada em uma nota pé, dada pelo apresentador do jornal no retorno ao estúdio.

A emissora parece evitar as políticas “amigo-inimigo” (SCHMIDTT, 1927; FREUND 1965) e “política como relação” (MAAR, 2006), além disso faz a denúncia do não cumprimento da política institucional, aquela que compreendemos como as obrigações do estado. O jornalismo denúncia parece ter sido feito respeitando a escolha do cidadão quanto ao posicionamento a ser escolhido, falha do estado ou falta de arrecadação, mostrando as informações, fontes oficiais e ausentando-se o máximo possível da opinião ou textos tendenciosos. Bem como cumpre com o papel social ao garantir o direito fundamental de acesso à informação de relevante interesse público e divulgação da informação precisa e correta, conforme o código de ética da profissão.

Contudo, apesar de ter um melhor desempenho do que a TVAL – acredita-se que por não haver relação de submissão política, ao menos conhecida ou explícita –, a finalidade educativa estabelecida pela pelo artigo 221, capítulo V da Constituição brasileira não é explorada. Não há o estímulo ou ensinamento dos possíveis caminhos para o cidadão acompanhar os pagamentos ou conhecer as ferramentas de exigências de seus direitos fundamentais por parte do Estado.

Sugestões: no primeiro *off* poder-se-ia evitar a adjetivação “situação crítica” e inserir uma breve explicação sobre o a conjuntura da saúde no estado segundo a federação. Outro caminho utilizado no jornalismo para fugir à adjetivação e tornar o texto mais objetivo é a descrição, por exemplo: “são pelo menos cinco hospitais do estado sem leitos suficientes, com atraso no pagamento dos funcionários e falta de materiais cirúrgicos (...)”. No mesmo *off* sugere-se uma melhor coerência imagética, com a utilização de imagens que realmente retratem uma “situação crítica” para fazer a cobertura. O ideal seria que ao se falar em tal situação aparecesse um *QR code* ou uma chamada para o aplicativo da emissora no qual o espectador pudesse acompanhar em tempo real todos os relatórios públicos disponíveis sobre os hospitais, assim navegava por aqueles que mais o interessassem ou o atingissem, poderia enviar um *feedback* a emissora e talvez até auxiliar na construção de mais pautas sobre o assunto, enviando relatos e denúncias dos problemas encontrados. Essa solução também estimularia e cumpriria com a função educacional para com o cidadão.

Quanto ao *off* 02 mantém-se a sugestão dada a TVAL, contextualizar e trazer o valor da dívida para a realidade do cidadão. Além disso, a inserção do cidadão como fonte e sujeito das consequências da dívida, como personagem legítimo e representativo de sua massa, também sugerido na matéria da outra emissora.

Por fim, a gravação da passagem em um local mais conexo ao texto, ou sua transformação em nota pé, dada pelo apresentador, como colocado nas observações.

Tabela 8 – Identificação Emissora/Programa

Emissora	Programa	Periodicidade	Apresentação	Período de análise
TVAL	Jornal da Assembleia	De segunda a quinta-feira às 18 horas e 30 minutos	Jucinei Cardoso	01/08/2017 a 25/08/2017

Tabela 9 – Identificação da Reportagem 03³⁵

Reportagem	Tempo	Tema	Fonte	Repórter
Raimundo Colombo assumiu a presidência do Codesul – 07/08/17	1:18 segundos	Economia	Raimundo Colombo/ Governador de SC	Denise Félix

³⁵ Link: https://youtu.be/t_nsYC9kK0k?list=PLNmz4ds5UGCyUA4nThXHMdcZn1I3yZeUd

Tabela 10 – reportagem 03

Off – Denise Félix: para os estados do sul a prioridade é economizar para enfrentar a crise na economia nacional.

A posse do governador Raimundo Colombo na presidência do Codesul contou com a presença do governador do Paraná, Beto Richa, do governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, e da vice-governadora do Mato Grosso do Sul, Rose Modesto.

Sonora – Raimundo Colombo/ Governador de SC: nós temos instrumentos próprios e muito adequados, como por exemplo o BRDE que é um banco de fomento e um polo econômico de integração que tem apresentado excelentes resultados. (Corte seco)

Terá uma reunião agora em Corrientes, da nossa economia com a economia da Argentina e de outros países pra ter esse intercâmbio e fortalecer essas ações, acentuar o nosso desenvolvimento.

Off 02 – Denise Félix: o papel do conselho de desenvolvimento e integração sul é a colaboração mútua. Os quatro estados cobraram a revisão da distribuição de recursos por parte do governo federal e a criação de um fundo de investimentos exclusivo para a região sul.

Na reunião, também foi assinado o contrato entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a cooperativa central Aurora Alimentos, para um financiamento no valor de 49 milhões de reais.

O valor é parte do investimento da empresa para a aquisição de duas unidades de abates, sendo uma de frangos e outra de suínos, em Erechim, no Rio Grande do Sul.



Figura 6



Figura 7



Figura 8

Fonte: elaboração do autor a partir dos vídeos

Abordagem: a produção parece circular entre um tom informativo e de assessoria sobre as ações do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul, com a posse do governador de Santa Catarina na presidência do Conselho como norte da pauta.

Os valores notícia de seleção utilizados parecem ser o de notoriedade, pois o Governador é relevante, possui reconhecimento público, e o de relevância, porque a situação econômica dos

três estados impacta diretamente na vida das pessoas, em seu poder de compra, sua estabilidade financeira e demais consequências derivadas dessa.

Observações: A segunda parte da sonora do Governador poderia estar em forma de *off* e servir de gancho para uma segunda matéria a respeito do desenvolvimento econômico dos três estados relacionados com outros países da América Latina.

Novamente não há a presença dos maiores influenciadores para que a máquina estatal funcione, o povo. Nem a inserção e impacto do Conesul na realidade dos cidadãos dos três estados. Um ponto que reforça a categorização da matéria como assessoria, bem como a incomum inserção de uma só fonte.

No segundo *off* ao falar que “o papel do conselho de desenvolvimento e integração sul é a colaboração mútua”, não se esclarece para o espectador que tipo de colaboração é essa, econômica? Como? Por meio de empréstimos para a agricultura pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul? Por meio de produção cooperativada? Produção integrada entre os estados para um único produto de exportação? A colaboração está relacionada só a economia ou estende-se a outras áreas como saúde, educação e segurança?

Quanto ao segundo parágrafo do mesmo *off* “Os quatro estados cobraram a revisão da distribuição de recursos por parte do governo federal e a criação de um fundo de investimentos exclusivo para a região sul”, que recursos? Com qual finalidade? Fundo de investimento em que? De onde viria o dinheiro arrecadado? Para onde iria? Por quê? Com quais objetivos? Como isso afetaria a qualidade de vida e os serviços à população dos três estados?

Nesse mesmo *off* em se tratando da linguagem, poder-se-ia colocar no presente algumas frases, como recomenda Cruz Neto (2008, p.56). Ao se tratar da questão imagética, o segundo parágrafo poderia ter sido coberto com a imagem da assinatura do contrato, já o terceiro, com imagens de indústrias em funcionamento. Quanto a essas novas aquisições, também poderiam ter sido melhor exploradas com a inserção do número de empregos e do impacto econômico que se espera gerar nas cidades em que serão instaladas, novamente a exploração do povo como fonte poderia ter sido feita para inserir os investimentos na realidade do telespectador.

Assim como na pauta anterior essa parece apropriar-se do modelo “política como relação” na tentativa de estabelecer uma conexão do governante para com seus governados, mesmo que sem sucesso, com o objetivo de manter a posição. Isso parece ser reforçado pela utilização desse como fonte única, sem oposição ao grupo econômico, sem contraponto.

Sugestões: a primeira modificação seria passar de modo mais direto a informação de que o Governador de Santa Catarina assumiu a presidência do Codesul e inserir o primeiro parágrafo da sonora. Na sequência, a informação de que a próxima ação do Codesul seria a reunião com os países vizinhos para tratar do fortalecimento e desenvolvimento da economia desses em conjunto com os estados membros, em forma de *off*.

Neste ponto os dois parágrafos do segundo *off* poderiam ser encaixados e abrir-se-ia um espaço para uma posterior sonora com a população sobre a inserção dessas indústrias e a influência do Codesul na economia dos estados, quais as expectativas e os resultados esperados, mais uma vez como forma de legitimar e cativar, segundo Bonner (2007) aqueles a quem a matéria se destina. Para finalizar a matéria poderiam ser inseridos o número de empregos que seriam gerados, a movimentação financeira gerada e quanto de impostos passaria ser recolhido na região que poderia ser reinvestido nas áreas básicas das cidades, melhorando os serviços públicos.

Como um modo de se fazer aprofundamento poder-se-ia convidar o telespectador a acompanhar o andamento das ações, bem como aprender a acompanhar o recolhimento e destino de impostos gerados pelas instalações de indústrias nas cidades através de uma reportagem transmídia pelo site da emissora, ou pelo *smartphone* através de um *QR code* inserido no canto da tela. Como afirma Barbeiro:

Por sua característica de vinculação social, as emissoras públicas podem avançar jornalisticamente em campos em que emissoras privadas encontram obstáculos dos patrocínios publicitários. O jornalismo público [entenda-se aqui educativo, já que todo ele é público] tem a obrigação de ir além dessas barreiras, uma vez que é sustentado economicamente pela sociedade (BARBEIRO, 2003, p. 34).

Desse modo, a emissora cumpriria com seu papel primordial de finalidade educativa, pública e, como ferramenta do Estado, com o papel de política institucional.

Tabela 11 – Identificação Emissora/Programa

Emissora	Programa	Periodicidade	Apresentação	Período de análise
RICTV	RIC Notícias SC	De segunda a sexta-feira às 19	Paulo Alceu	04/08/2017 a 22/08/2017

Tabela 12 – Identificação da Reportagem 04³⁶

Reportagem	Tempo	Tema	Fontes	Repórter
Governador de Santa Catarina assume o comando Codesul – 08/08/17	0:38 segundos	Economia	Raimundo Colombo/ governador de SC;	Não assinado

Tabela 13 – reportagem 06

<p><i>Off</i> 01: participaram do encontro os governadores de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul que integram o CODESUL. A cada ano um estado assume a presidência da entidade criada em 1961 para encontrar alternativas de crescimento e equilíbrio das quatro unidades federativas. Beto Richa Governador do Paraná passou o comando do conselho para o catarinense Raimundo Colombo.</p> <p>Sonora - Raimundo Colombo/ governador de SC: fundamentalmente é um trabalho que continua, né. Nesse momento sob a coordenação de Santa Catarina, até ontem sob a coordenação do Paraná, mas na verdade é uma colaboração de todos nós, em todas as áreas que nós atuamos.</p>	 <p>Figura 23</p>  <p>Figura 24</p>
---	---

Fonte: elaboração do autor a partir dos vídeos

Abordagem: ao contrário da reportagem feita pela TVAL, esta parece não dar outro tom a não ser de assessoria sobre as ações do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul e a posse do governador de Santa Catarina na presidência.

Os valores notícia de seleção utilizado parecem ser apenas o de notoriedade, pois os governadores são relevantes, possuem reconhecimento público, sem se importar com a influência do Conselho no impacto econômico e desenvolvimentista dos três estados.

Observações: do modo como está construída, não seria necessário tê-la apresentado no formato reportagem, poderia ter sido feita uma nota coberta. Ao longo da reportagem poder-se-ia ter inserido a apresentação do que é o Codesul, qual o seu papel, como atua, qual a influência dele

³⁶ Link: <https://youtu.be/cVi6DqbOvqQ>

no desenvolvimento dos quatro estados membros, quais as principais conquistas alcançadas desde a sua criação.

Pior do que não trazer para a realidade do telespectador a emissora parece ter apenas cumprido uma obrigação, uma espécie de cumprimento da “política como relação” (MAAR, 2006), no interesse de manter a relação do governo com a base, que aliás, novamente é esquecida como fonte.

Em comparação com a reportagem da TVAL há um total abandono do interesse público, o tom informativo parece ter sido deixado de lado. Informações básicas inseridas na produção da TVAL como o que foi discutido nessa reunião, onde e qual o tema da próxima, a assinatura da criação de dois novos frigoríficos, a parceria com os países vizinhos foram ignoradas. A reportagem não cumpre com o papel educativo previsto em lei, muito menos com o direito fundamental de acesso à informação de relevante interesse público.

Sugestões: neste caso, sugere-se uma complementação da reportagem. A matéria continua iniciando pelo seu valor-notícia, o novo, com a posse do governador na presidência da entidade, contudo, após isso poder-se-ia inserir uma explicação sobre o Codesul, suas funções, metas alcançadas e futuras, como impacta na vida do cidadão, como ele pode acompanhar as suas ações, seu recolhimento de impostos e seu impacto prático e efetivo na rotina.

Para isso, seria interessante pegar mais de uma fonte, além do governador que assumiu. Sugere-se um economista para falar qual o papel e influência do bloco, bem como um cidadão, mais uma vez como forma de representatividade e cativação, que tenha algum emprego resultado de criações e pactos do Codesul, como o frigorífico, por exemplo. Afinal são a eles que as matérias se destinam, não faz sentido que a maior base de sustentação e utilização da máquina pública não esteja presente.

Outro fator que poderia ser explorado é a próxima reunião na Argentina, como sugestão de aprofundamento poder-se-ia fazer uma trasmídia com os benefícios das parcerias futuras, bem como os já alcançados pelo bloco, no qual o cidadão poderia navegar, fiscalizar as despesas e inclusive saber como sugerir o destino final do dinheiro público que circula pela entidade. Assim seriam cumpridos os papéis informativos e educacionais previstos em lei.

Tabela 14 – Identificação Emissora/Programa

Emissora	Programa	Periodicidade	Apresentação	Período de análise
TV AL	Jornal da Assembleia	De segunda a quinta-feira às 18 horas e 30 minutos	Jucinei Cardoso	01/08/2017 a 25/08/2017

Tabela 15 – Identificação da Reportagem 05³⁷

Reportagem	Tempo	Tema	Fontes	Repórter
Restauração da Ponte Hercílio Luz avança para uma etapa crucial – 22/08/17	1:38 segundos	Mobilidade urbana	Raimundo Colombo/ Governador do Estado; Wanderley Agostini/ Pres. Departamento Estadual de infraestrutura; Pedro Faro/ Engenheiro da Teixeira Duarte	Renan Schlickmann

Tabela 16 – reportagem 05

Off 01– Renan Schlickmann: foram apresentados para o governador Raimundo Colombo os detalhes técnicos da transferência de carga que seria realizada em outubro. Procedimento necessário para a troca das peças da atual estrutura.

A apresentação foi realizada em Florianópolis, pela Teixeira Duarte, empresa responsável por este último ciclo de obras.

Sonora – Raimundo Colombo/ Governador do Estado: é fundamental que a gente restabeleça a ponte Hercílio Luz, resolva o problema de mobilidade, né. E nós estamos agora entrando na fase mais importante, que é realmente a transferência total da carga e a troca das barras de olhal e de todo o processo de sustentação. É uma ponte nova que tá nascendo

Off 02– Renan Schlickmann: a transferência de carga está programada para ser realizada na primeira quinzena de outubro. Com o procedimento concluído o peso da ponte passará para a estrutura provisória, construído abaixo da Hercílio Luz, a chamada ponte segura.

O novo procedimento será um trabalho semelhante ao realizado em fevereiro deste ano,



Figura 11



Figura 12



Figura 13

³⁷ Link: https://youtu.be/Gwa_fw6JXqM?list=PLNmz4ds5UGCyUA4nThXHMdcZnI13yZeUd

quando foram transferidos inicialmente cerca de 20% da carga da ponte. Agora serão transferidos os 80% restantes ao longo de um período previsto de dez dias.

Sonora – Wanderley Agostini/ Pres. Departamento Estadual de infraestrutura: é uma operação de risco e a gente tem a convicção e a certeza absoluta que todos os olhos da engenharia do mundo vai tá voltada novamente aqui pra ponte Hercílio Luz nesse início de outubro com a transferência total da sua carga.

Sonora – Pedro Faro/ Engenheiro da Teixeira Duarte: toda a terraço da ponte, barras de olhal, estrutura *inferior*, vai ser monitorada com um conjunto de sensores designados extensômetros e também alguns inclinômetros que vai nos permitir darmos a informação cada um desses pontos qual é que é a variação de tensão, se está dentro do valor teórico ou não, e que nos permita avançar em segurança para a etapa seguinte.



Figura 14



Figura 15

Fonte: elaboração do autor a partir dos vídeos

Abordagem: diferente das reportagens anteriores o tom de assessoria de comunicação nessa está menos acentuado, embora ainda comece com uma referência a um representante político, há agora a utilização de mais de uma fonte, duas delas oficiais, o que dá um maior tom de reportagem informativa do que de assessoria propriamente dita.

Pela quarta vez o valor notícia parece ter sido o de “relevância”, pois a mobilidade urbana impacta de maneira direta na vida de todos os cidadãos do município, ainda mais em uma capital com a pior mobilidade urbana do Brasil³⁸ e segunda pior do mundo. Quanto ao posicionamento da produção em relação as políticas públicas, parece ter o objetivo de mostrar a “política institucional”, o que é um início para o ensino do acompanhamento de obras públicas.

Observações: a reportagem inicia com o fato da apresentação ter sido feita para o governador do estado, quando na verdade, o fato noticioso é que a ponte passará para o seu próximo estágio de restauração. O segundo parágrafo do primeiro *off* parece estar apenas jogado, pois não se

³⁸ De acordo estudo desenvolvido pelo pesquisador Valério Medeiros da Universidade de Brasília (UNB), disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2009/05/florianopolis-tem-pior-mobilidade-urbana-do-brasil-2523317.html>>. Acesso em: 8 de novembro de 2017, 00:56.

incita o telespectador a conhecer a empresa, nem a conferir suas licitações e pagamentos, mais uma vez, não se cumpre o papel educativo previsto em lei. Assim contesta-se: qual a necessidade das informações contidas nesse último parágrafo?

A sonora do governador parece adequada a matéria, contudo ficaria melhor encaixada se as informações sobre a péssima mobilidade urbana da capital, bem como do avanço de mais uma etapa da reforma da ponte fossem abordadas na introdução, no lugar do enfoque de que foi feita uma apresentação ao governador.

A segunda sonora, apesar da fonte ser relevante e dar legitimidade à produção, parece ser desnecessária, uma vez que não agrega nenhuma informação à matéria. O corte seco de uma sonora para outra pode tornar a reportagem monótona e arrisca-se perder o telespectador, ainda mais se a inserção anterior não agrega conteúdo informativo para mantê-lo atento ou interessado.

Barbeiro (2003, p.35) recorda: “as rádios e TVs públicas tem que lançar mão de todos os atrativos do bom jornalismo para conquistar a audiência, como objetividade, leveza, profundidade e agilidade”. Por fim, o encerramento da reportagem com um corte seco na segunda sonora, sem um *off* para o fechamento, parece deixa-la em aberto. Do mesmo modo que todas as produções anteriores analisadas não há a presença daqueles para quem este serviço público é realizado: o cidadão que precisa cruzar as pontes todos os dias.

Sugestões: abrir a reportagem com os dados sobre Florianópolis como capital com a pior mobilidade urbana do Brasil e apresentar a ponte como uma possível solução. Por exemplo: “em pesquisa sobre mobilidade urbana feita pela Universidade de Brasília em parceria com a Universidade de Londres, Florianópolis ocupa a primeira posição entre as capitais com pior mobilidade do Brasil e a segunda pior do mundo. A tentativa de melhorar esse índice é uma das justificativas para que a ponte Hercílio Luz volte a funcionar. Para isso a nova fase de reforma foi aprovada nessa terça-feira pelo governador Raimundo Colombo”, segue-se com a sonora do governador.

No início do segundo *off*, “o novo procedimento será um trabalho semelhante ao realizado em fevereiro deste ano, quando foram transferidos inicialmente cerca de 20% da carga da ponte (...)”, pode-se optar por mais objetividade, para um ganho de tempo, orações no presente quando possível, para evitar confusões nas datas, bem como a retirada da adjetivação, como sugerido por Cruz Neto (2008). Assim fica: “o processo é semelhante ao de fevereiro deste ano, quando foram transferidos cerca de 20% da carga da ponte (...)”.

Quanto a sonora do presidente do departamento estadual de infraestrutura, é importante que seja mantida, é fonte oficial e dá legitimidade à produção. Contudo, poder-se-ia fazer uma pergunta que trouxesse alguma informação relevante ao telespectador, por exemplo: secretário, com a reabertura da ponte Hercílio Luz para a circulação de carros o fluxo das outras duas pontes tende a diminuir, contudo, há também uma tendência de que mais pessoas venham trabalhar de carro no centro da cidade. Isso não estaria apenas transferido o inchaço do tráfego da cabeceira da ponte para o centro da cidade? Com a entrada de mais carros essa medida não piorará ainda mais o fluxo na região central? Por quê? Com a sonora em mãos elaborar-se-ia um *off* para introduzi-la, agora com relevância.

Entre esta sonora e a última poder-se-ia inserir um *off* de transição, por exemplo: “o engenheiro responsável pela obra, Pedro Faro, esclarece como é feito o procedimento”. Poder-se-ia ainda inserir uma última sonora de um usuário que enfrente o trânsito diário das outras duas pontes para poder trabalhar, com a expectativa a respeito de melhora ou piora com a nova inauguração, novamente com a função de legitimidade, representatividade e cativação. Para finalizar, um *off* com a previsão de reinauguração da ponte e a inserção de como o cidadão pode acompanhar todos os processos, licitações, prazos e gastos da obra.

Tabela 17 – Identificação Emissora/Programa

Emissora	Programa	Periodicidade	Apresentação	Período de análise
RICTV	RIC Notícias SC	De segunda a sexta-feira às 19	Paulo Alceu	04/08/2017 a 22/08/2017

Tabela 18 – Identificação da Reportagem 06³⁹

Reportagem	Tempo	Tema	Fontes	Repórter
Reformas na Ponte Hercílio Luz estão na reta final – 22/08/17	1:09 segundos	Mobilidade urbana	Wanderley Agostini/ presidente do DEINFRA; Pedro Faro/ engenheiro mecânico; Raimundo Colombo/ governador SC;	Sérgio Guimarães

³⁹ Link: <https://youtu.be/iEBSh9lmzis>

Tabela 19 – reportagem 06

Off 01 – Sérgio Guimarães: as obras de restauração da ponte Hercílio Luz chegam na reta final.



Figura 28

Sonora - Wanderley Agostini/ presidente do DEINFRA: agora nós estamos chegando numa das etapas mais importantes, que é a transferência total da carga, né que... Já houve uma transferência parcial em torno de 20% do seu peso e agora no início de outubro está programado pra que seja feita a transferência total.



Figura 29

Off 02 – Sérgio Guimarães: além dessa etapa uma outra muito importante também começa logo. Em outubro 4 mil e 400 toneladas vão ser transferidas para o vão central.



Figura 30

Sonora – Pedro Faro/ engenheiro mecânico: essa fase é uma fase muito complexa, mas em minha opinião o ponto mais importante será a desmontagem da primeira barra do olhal.



Figura 31

Off 03 – Sérgio Guimarães: essa semana duzentos pontos de monitoramento estão sendo instalados na ponte. Com isso os engenheiros podem analisar os gráficos para saber se cada movimentação está dentro dos padrões e assim dar continuidade aos trabalhos ou não, e ajustar o que estiver errado.



Figura 32

Sonora – Raimundo Colombo/ governador de SC: aqui tem empresas dos Estados Unidos, da Alemanha, da Itália prestando serviço complementar à empresa portuguesa e nós estamos seguros de que vamos ter sucesso, mas há uma ansiedade né, na superação desses desafios de engenharia. Eu acho que é a obra mais complexa do mundo nesse momento.



Figura 33

Fonte: elaboração do autor a partir dos vídeos

Abordagem: a reportagem tem um tom meramente informativo, sem se preocupar com a problemática da mobilidade urbana, restrita ao acontecimento “obras na ponte”.

Observações: ao contrário da prioridade da TVAL, de relatar que o governador assistiu a uma apresentação, aqui a importância é dada as obras da ponte. A objetividade da matéria é perseguida, contudo o ganho de tempo não é utilizado para trabalhar a problemática, mas mais uma vez o acontecimento.

Assim como na TV educativa a sonora do presidente do DEINFRA não é aproveitada, as informações dadas são de conhecimento aberto, dispostas no edital. Além deste fato, não fica claro para o espectador para onde será transferida a carga, para a estrutura provisória? Para a parte já pronta da ponte? A informação não é esclarecida nos *offs* seguintes, aliás a confusão aumenta. Fala-se em outra etapa “muito importante” e em seguida na transferência de peso, o que pode causar uma confusão ao espectador que não acompanha a reforma com constância e não sabe que segunda transferência de peso se refere ao retorno da carga das estruturas provisória para a ponte.

No mesmo *off* há outro problema que deve ser evitado nos textos jornalísticos conforme Cruz Neto (2008), a adjetivação. Além de comer tempo da reportagem tendem a enfraquecer o texto. Ao final desta mesma frase a uma expressão de imprecisão: “começa logo”, nenhuma informação correta e precisa é passada ao telespectador, conforme recomenda o código de ética.

Ao final, a sonora do governador também poderia ser retirada sem que haja prejuízo, uma vez que todas as informações de quais empresas realizam as obras são abertas e presentes nas licitações. Mais uma vez, nada de informativo se agrega com a sonora. Por fim, como em todas as reportagens analisadas ignora-se o pagante e usuário dos serviços e direitos públicos como fonte, o cidadão.

Sugestões: Sugerimos as mesmas colocações feitas a TVAL, o início com a explicação dos motivos para se reformar a ponte, bem como as vantagens, desvantagens, quantidade de dinheiro público investido, prazos. As razões principais poderiam ser exploradas no *off*, já o aprofundamento, seguir via web, por *QR code* ou aplicativo da emissora.

Quanto a sonora do presidente do DEINFRA um melhor aproveitamento por meio dos questionamentos apontados na TV educativa sobre a relação da reforma com a solução dos problemas de mobilidade também poderia ser adotada. Bem como informações relevantes na sonora do governador, como por exemplo: o prazo para a finalização da obra de restauração; em quanto tempo o dinheiro investido seria recuperado; se a forma de recuperação será somente por meio do turismo; quando serão decididos os meios de transporte para que ficará disponível a ponte (carro, pedestres, ônibus).

Encaminhando-se para o fim, uma sonora do cidadão, mais uma vez como legitimador e representante dos usuários, sobre as perspectivas da mobilidade urbana com a inauguração da ponte, se seria essa a melhor solução para os problemas da cidade ao invés da marítima, se ele controla quanto já foi gasto do dinheiro do contribuinte. Finalmente um *off* convidativo para esses controles, no qual continuar-se-iam com mais dados, aprofundamentos, o ensinamento da utilização das plataformas públicas para fiscalização, entrevistas com engenheiros de tráfego sobre as vantagens e desvantagens de mais um acesso a ilha, enfim, a educação sobre políticas públicas para garantir o direito constitucional de ir e vir.

Tabela 20 – Comparativo de pautas

	Rep.01	Rep.02	Rep.03	Rep.04	Rep.05	Rep.06
Denúncia	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Denuncismo	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Tratamento como políticas públicas	Ausente	Presente de forma expositiva (repasse mínimo para o hospital)	Ausente	Ausente	Presente de forma expositiva (fala do governador sobre mobilidade)	Ausente
Nível de aprofundamento	Baixo	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Emissora	TVAL	RICTV	TVAL	RICTV	TVAL	RICTV

Como esperado, o acontecimento é privilegiado em detrimento a abordagem da problemática. Prova disso é o trabalho de políticas públicas em todas as matérias sem saber, ou sem demonstrar saber, que é delas que se tratam, que esta é a problemática que deveria ser

tratada, e não uma obra, a posição de um deputado, de um vereador, exposição de etapas de reforma. Como podemos observar, um terço das pautas analisadas (33,33%) têm como fim a denúncia, sem um propósito educativo para conscientização e ensino das cobranças dos direitos fundamentais, obrigatório por lei.

Das duas pautas em que se cria uma abertura, um local de fala, para as matérias como políticas públicas, todas são ignoradas e apenas fala-se da sua existência como direito garantido por lei, ou toca-se sem querer no “problema de mobilidade” como na sonora do governador na reportagem 05.

Ou seja, em 4 (66,6%) pautas de 6 analisadas, mais da metade, nem mesmo se deixa claro que isso é um direito do cidadão. E das 6 analisadas nenhuma educa, como nos manda a Constituição Federal, nem mesmo a televisão educativa que, teoricamente, não precisaria se preocupar com censuras dos patrocinadores sobre as pautas, ou o nível de audiência para se manter ativa no mercado.

O mesmo acontece ao se falar em nível de aprofundamento informativo, em 4 das 6 pautas pouquíssimos dados são apresentados, bem como não se expõe fontes oficiais, esses vêm de sonorais políticas. Nas duas restantes o aprofundamento é ainda menor, restringindo-se a falar o que é a instituição ou de quanto é a dívida ou o corte.

Em meio a tudo isso, um dos dados nos é motivador e representa a superação de um dos problemas enfrentados há tempo pelo jornalismo, o denunciismo. Em todas as matérias analisadas, mesmo aquelas em que o dados foram colocados por sonorais e não pelos repórteres por meios oficiais, esse não esteve presente. Não foram feitas denúncias sem evidências suficientes, sem a confirmação de que a dívida existia ou o corte foi realizado.

Deste modo é preciso conscientizar as empresas e jornalistas sobre o entendimento do que são políticas públicas, para que assim como se superou o denunciismo, supere-se a falta de aprofundamento e atinja-se a finalidade educativa e informativa prevista em lei e em nosso código de ética.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação de nossa proposta de pesquisa, nosso referencial teórico com os conceitos básicos a respeito de política, desde sua origem na Grécia antiga à dissecação dos diferentes tipos existentes – de representação, relação, obrigatoriedade, partidária, pública – e vividos que se relacionam com a realidade do jornalismo, dos conceitos que se fazem presentes para a seleção e elaboração de pautas, bem como o que são e como estão divididas entre notícias e reportagens, as funções sociais do jornalismo, as diferenças entre denúncia e denunciismo, a apresentação dos conceitos de TV pública e educativa e por fim análise de um recorte de suas produções na TVAL e RICTV, é hora de fecharmos nosso trabalho, mas não a pesquisa.

Ao longo de meses de trabalho, após horas de acompanhamento das programações e vastas cargas de leituras de jornalismo, política legislação e outras áreas que se pode oportunizar inserir por meio desse trabalho pode-se dizer que nosso objetivo geral foi alcançado. Por meio das análises das pautas pode-se concluir que é possível sim a construção de um aprofundamento no telejornalismo político, primeiro, a partir da elaboração de pautas concisas, objetivas e, acima de tudo, que prezem por sonoras e fontes oficiais de qualidade, que agreguem conteúdo informativo, e não opinativo. Que deem voz aqueles a quem elas se destina, para quem ela é pensada e por quem as sustenta, afinal, sem o povo não há para quem fazer jornalismo, é esse um dos caminhos possíveis para que demos os primeiros passos rumo as pautas que despertem interesse do público e ao mesmo tempo preservem o interesse público, para que as pautas possam ser exploradas sem medos de aspectos que possam ser delicados ou ferir interesses políticos e ou privados, como ferramentas de exigência que são, e os governos e outras formas de poder sintam-se novamente pressionados a cumprir com suas obrigações, bem como a população possa ter aquilo que lhe é garantida por lei, uma comunicação com finalidade educativa e que lhe permita aprender, compreender, consumir e exigir as políticas públicas.

Em segundo, como um desvio daquele que assola o telejornalismo, o tempo, a transmídia. Essa, embora ainda em caráter experimental no mercado, revela-se como nossa maior ferramenta para construir o aprofundamento. Por seu uso, pode-se complementar tudo aquilo que não foi possível, na televisão, abordar. Ensina-se ao cidadão como ele pode e deve ter acesso às informações públicas, mostra-se o caminho e permite-se que ele consuma da maneira e forma que melhor lhe convém.

Pudemos, por meio deste trabalho, confirmar nossa hipótese básica, de que a produção de reportagens, em função de longa data utilizar-se da denúncia como forma de elaboração de seus produtos, consequência e herança da ditadura em que a mídia ganhou a fidelidade do público pelas denúncias, parece não permitir a exploração e o aprofundamento dos conceitos

de política no desenvolvimento das pautas, e levam o jornalismo a trabalhar quase que exclusivamente o acontecimento, no caso, as denúncias em si ou a execução de serviços públicos, como única forma de jornalismo político. Sem se dar conta de que muitas das pautas tratadas como gerais são, na verdade, políticas públicas e institucionais.

Acreditamos deste modo, contribuir, com um trabalho pioneiro por meio de tal análise, para a exploração dos conceitos e abrangências do telejornalismo político com maior profundidade, uma vez conhecidas partes de seus caminhos para que assim se faça. A partir do mapeamento dos pontos fracos e identificação do que se pode corrigir sem grandes dispêndios ou investimentos, o que no jornalismo costuma ser uma grande barreira, pode-se partir para uma prática mais eficaz, tanto para o jornalista como para quem o assiste, da comunicação na área.

Por fim o crescimento intelectual e pessoal adquirido ao longo desta caminhada por este jovem pesquisador e aspirante a jornalista, que agora, parte para o mercado de trabalho e demais pesquisas sabendo de que meios pode-se nutrir para oferecer o mínimo necessário para aqueles que acompanharem suas produções possam aprender a andar com as próprias pernas pelo caminho do consumo, geração de informação e ensino das políticas públicas no jornalismo.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARBEIRO, Heroto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual do radiojornalismo: produção, ética e internet**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 – 8º reimpressão.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia na TV**. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BARICHELLO, Eugênia Mariano da Rocha. **Pesquisa em comunicação: olhares e abordagens**. Santa Maria: Facos – UFSM, 2014.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CARRATO, Angela. **A TV pública e seus inimigos**. V ENLEPICC Encontro Latino Americano de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura. Salvador, BA, 2005.

CRUZ NETO, João Elias. **Reportagem de Televisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção Fazer Jornalismo).

DEJAVITE, Fábila Angélica. **INFOtenimento: informação + entretenimento no jornalismo**. São Paulo: Paulinas/Sepac, 2006

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. – 4. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. – segunda reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMOS, Leany Barreiro. **Caminhos da Democracia e Poliarquia**. Saberes, 2014. Disponível em: <<http://saberes.senado.leg.br/course/view.php?id=1086>>. Acesso em: 21 jun. 2017, 20:15:55

LOPES, Cristiano Aguiar. **Regulação da Radiodifusão Educativa**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/acamara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema4/2011_63.pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2017, 01:45.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTINS, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo**. 3ª edição, revisada e ampliada – São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MELÃO, Maria Lúcia Patta. **Aprendendo a olhar cientificamente um produto televisivo: a experiência prática em televisão como um fator configurador das dificuldades de percurso**, in Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MONTARROYOS, Heraldo Elias de Moura. **Programa de Pesquisa da Politicagem: idéias, princípios, regras, critérios e aplicações**. Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia Faculdade Católica de Pouso Alegre, volume 04 - Número 09 - Ano 2012.

NEPTUNE, Nordahl Christian. **A TV Pública no Brasil**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/284400/1/Neptune_NordahlChristian_D.pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2017, 01:38.

NETO, João Elias da Cruz. **Reportagem de televisão: como produzir, executar e editar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PEREIRA, Ernesto Caetano. **Metamorfoses da democracia**. Saberes, 2014. Disponível em: <<http://saberes.senado.leg.br/course/view.php?id=1086>>. Acesso em: 22 junho de 2017, 16:47:45.

PORTO, Mauro Pereira. **Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência**. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

RENÓ, Denis. **Discussões sobre a nova ecologia dos meios**. Tenerife: ULL, 2013.
Disponível em: <<http://denisreno.wixsite.com/profile/livros>>. Acesso em: 18 de novembro de 2017, 21:03.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. 2 ed. – São José do Rio Preto, SP: Bluecom Comunicação, 2010.

SEABRA, Roberto. **Jornalismo Político**: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, Celina. **Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988**. Revista de sociologia e política, Nº 24: 105-121, JUN. 2005.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 17ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

THEORIA - REVISTA ELETRÔNICA DE FILOSOFIA. Porto Alegre: Faculdade Católica de Pouso Alegre, v.4, n. 9, 2012.

Reportagens:

SCHLICKMANN, Renan. Atraso no repasse de verbas a hospital foi tema de pronunciamento. TVAL, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/7Apv37iP1vw?list=PLNmz4ds5UGCyUA4nThXHMdcZn113yZeUd>>.

FÉLIX, Denise. Raimundo Colombo assumiu a presidência do Codesul. TVAL, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://youtu.be/t_nsYC9kK0k?list=PLNmz4ds5UGCyUA4nThXHMdcZn113yZeUd>.

SCHLICKMANN, Renan. Restauração da Ponte Hercílio Luz avança para uma etapa crucial. TVAL, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://youtu.be/Gwa_fW6JXqM?list=PLNmz4ds5UGCyUA4nThXHMdcZn113yZeUd>.

MENDONÇA, Alexandre. Entidades de saúde do estado sofrem com o pequeno repasse de verbas. RICTV, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/b3TiVhAomSE>>.

Governador de Santa Catarina assume o comando Codesul. RICTV, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/cVi6DqbOvqQ>>.

GUIMARÃES, Sérgio. Reformas na Ponte Hercílio Luz estão na reta final. RICTV, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/iEBSh9lmzis>>.